

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ISRAEL DA SILVA OLIVEIRA

**Etnicidade, Família e Política:  
uma etnografia em Cajá dos Negros -AL**

Maceió  
2022

ISRAEL DA SILVA OLIVEIRA

**Etnicidade, Família e Política:  
uma etnografia em Cajá dos Negros -AL**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Instituto de Ciências  
Sociais da Universidade Federal de  
Alagoas, como requisito parcial para a  
obtenção do grau de graduado em  
Ciências Sociais - Bacharelado.

Orientadora: Profa. Dra. Claudia Mura

**Maceió**

**2022**

**Catálogo na Fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**  
**Divisão de Tratamento Técnico**

Bibliotecário: Betânia Almeida dos Santos – CRB-4 – 1542

O48e Oliveira, Israel da Silva  
Etnicidade, Família e Política: uma etnografia em Cajá dos Negros -AL / Israel da Silva Oliveira. – 2022.  
81 f. : il.

Orientadora: Cláudia Mura.  
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais :  
bacharelado) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências  
Sociais. Maceió, 2022.

Bibliografia: f. 75-78.  
Anexos: f. 79-81  
1. Cajá dos Negros – etnicidade – Alagoas. 2. Cajá dos Negros – etnografia  
participativa. 3. Quilombo – identidade social e étnica. 4. Quilombolas – política  
local. I. Título.

CDU: 39(813.5)

À Comunidade Quilombola Cajá dos Negros.

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer em primeiro lugar às famílias da comunidade que fazem parte deste trabalho de forma direta ou indireta. Aos mais velhos, vivos e mortos, que tanto contribuíram em suas trajetórias na manutenção da identidade do grupo.

À minha orientadora Claudia Mura que esteve presente neste processo, que acreditou em mim e na minha proposta de conclusão de curso; pessoa com a qual muito pude compartilhar e aprender nesta jornada. Sempre compreensiva e atenta às minhas particularidades e implicações próprias de minha pesquisa.

Ao meu amigo e colega de curso Cássio Norberto, quilombola de Alagoas, comunidade do Sapé em Igreja Nova, que me ajudou muito com suas dicas e ensinamentos, além de ser alguém com quem conversei muito sobre os aspectos de ser quilombola no curso de Ciências Sociais.

Ao João Igor/Elza Evangelista que escutou minhas angústias e, sem eu esperar, muitas vezes levantou minha autoestima com suas palavras diretas.

Não posso esquecer de meu amigo Matheus Alves que tem uma história muito engraçada que será sempre lembrada por mim e responsável por grande parte do caminho acadêmico que decido traçar. A Julia Góes que adoro tanto, minha amiga do início desta graduação que se aproximou de mim e está até agora no fim deste processo, e continuamos nutrindo esse laço forte.

Ao senhor Seu Gonzaga, com quem muito me identifiquei, contei e escutei sobre as histórias do interior de Alagoas e como lidar com a academia. Grato a todas as relações boas que a UFAL me proporcionou até agora.

A todos os membros do Grupo de Pesquisa em Memória, Identidade e Território - GPMIT que durante a pandemia, nesse processo de pesquisa, foi meu maior vínculo com as discussões acadêmicas, meio de apoio e compartilhamento de afetos.

Aos meus familiares que contribuíram das formas que puderam com a pesquisa, se colocando como interessados e atentos aos meus esforços. Seus nomes se fazem presente em todo este trabalho. A todos um abraço com meus agradecimentos por suas contribuições.

*“É você que quis ou foi a UFAL que mandou você perguntar?”*

LEITE, Honorato. Entrevista de Israel Oliveira. 2020.

## RESUMO

Este trabalho busca analisar aspectos do cotidiano no grupo quilombola Cajá dos Negros localizado no município de Batalha, estado de Alagoas, Brasil. Por meio de uma abordagem antropológica e calcado em uma etnografia reflexiva e participativa, o trabalho foca o processo dinâmico de elaboração da identidade étnica do grupo, a micropolítica das relações familiares relacionada à territorialidade e a maneira como esta é elaborada na memória coletiva e é gerenciada pelas famílias em seus próprios modos. Destaca-se que a observação e análise do cotidiano envolve o lugar do pesquisador que, neste caso particular, pertence ao grupo. Nesse sentido, a produção dos dados e sua análise se desenvolveram por meio de uma etnografia em que a posição, identidade e atuação do pesquisador no cotidiano da comunidade passam por um processo reflexivo, gerando novas percepções da própria realidade e identidade quilombola.

**Palavras-chaves:** Etnicidade; Quilombo; Etnografia reflexiva e participativa; Cajá dos Negros.

## **ABSTRACT**

This work analyzes aspects of daily life in the Cajá dos Negros quilombola group located in the municipality of Batalha, state of Alagoas, Brazil. Through an anthropological approach and based on a reflective and participatory ethnography, the work focuses on the dynamic process of elaborating the group's ethnic identity, the micropolitics of family relationships related to territoriality and the way in which this is elaborated in the collective memory and managed by families in their own ways. It is noteworthy that the observation and analysis of daily life involves the researcher's location, which, in this particular case, belongs to the group. In this sense, the production of data and its analysis were developed through an ethnography in which the researcher's position, identity and role in the daily life of the community undergo a reflective process, generating new ones generated from the quilombola reality and identity itself.

**Keywords:** Ethnicity. Quilombo. Reflective and participatory ethnography. Cajá dos Negros.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> – Certificações pela Fundação Cultural Palmares em Alagoas 2000 a 2020 .....	28
<b>Figura 2</b> – Placa de chegada ao território da comunidade .....	30
<b>Figura 3</b> – Árvore genealógica da família Leite.....	41
<b>Figura 4</b> – Árvore genealógica segunda geração da <i>família Leite</i> a partir de Artur Leite e Francisca Leite.....	41
<b>Figura 5</b> – Árvore genealógica segunda geração da <i>família Leite</i> a partir de Honorato Leite e Horelina Leite .....	41
<b>Figura 6</b> – Tabela de Datas.....	42

## LISTA DE MAPA

**Mapa 1** – Território do grupo, limites entre a demarcação e as terras do assentamento.....42

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**ABA** - Associação Brasileira de Antropologia

**ADCT** - Atos das Disposições Constitucionais Transitórias

**CAMIL** - Cooperativa Agropecuária de Major Isidoro

**CPLA** - Cooperativa de Produtores de Leite de Alagoas

**FCP** - Fundação Cultural Palmares

**INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

**ITERAL** - Instituto de Terras de Alagoas

**ISA** - Instituto Socio Ambiental

**RTID** - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

**RUA** - Residência Universitária Alagoana

**UFAL** - Universidade Federal de Alagoas

## SUMARIO

INTRODUÇÃO	<b>13</b>
O genocídio da população quilombola em meio a COVID-19	14
Ofício do Pesquisador Quilombola: posicionalidade e escolhas teórico-metodológicas	16
Estrutura do texto	20
CAPÍTULO 1 – QUILOMBOS E QUILOMBOLAS NO BRASIL	<b>21</b>
1.1 As Chamadas Comunidades Remanescentes De Quilombo	23
1.2 Quilombos e Narrativas	25
1.3 Os Quilombos pós 1988	27
1.4 Alagoas Quilombola	29
CAPÍTULO 2 – CAJÁ DOS NEGROS: ETNICIDADE E TERRITÓRIO	<b>33</b>
2.1 A Bacia Leiteira e a Comunidade	34
2.2 A família Leite e o Território	36
2.3 Tradições e vínculos familiares para além de Cajá	42
2.4 Cajá dos Negros e Assentamento Cajá dos Negros	44
CAPÍTULO 3 – O COTIDIANO: FAMÍLIA, MORALIDADES E POLÍTICA	<b>50</b>
3.1 Uma etnografia participativa	51
3.1.1. A atuação em projetos na pandemia	54
3.1.2 Sobre os efeitos da divulgação do projeto	57
3.2 Atuação familiar e política no cotidiano	59
3.2.1 Parentesco e funeral	63
3.2.2 Casamento e Afetações: sobre minha família	65
3.2.3 Política local e articulações familiares	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS	<b>72</b>
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	<b>75</b>
ANEXOS E ARQUIVOS	<b>79</b>

## INTRODUÇÃO

Este trabalho busca analisar aspectos do cotidiano no grupo quilombola Cajá dos Negros, localizado no município de Batalha, Alagoas, Brasil. Por meio de uma abordagem antropológica e calcado em uma etnografia reflexiva e participativa, o trabalho foca o processo dinâmico de elaboração da identidade do grupo, a micropolítica das relações familiares relacionada à territorialidade, e a maneira como esta é elaborada na memória coletiva, gerenciada pelas famílias em seus próprios modos.

As identidades têm suas variações conforme seus processos e experiências. A respeito das identidades quilombolas não é diferente, e aqui não se pretende ressaltar essa pluralidade, mas analisar o processo de elaboração da identidade étnica quilombola, sobretudo a de Cajá dos Negros.

A escolha deste tema é fortemente influenciada pela minha trajetória como quilombola do grupo em foco. No decorrer da pesquisa, essa relação gerou inquietações que estão ligadas ao fazer etnográfico e à minha relação com o contexto.

A elaboração das identidades era uma questão que me guiou desde o início a pesquisa, mas no decorrer do trabalho outras problematizações surgiram e se adicionaram. São as questões práticas do trabalho: o campo, a metodologia e orientação da pesquisa.

Ao problematizar o *lugar de pesquisador*, a minha percepção foi desconstruída e reconstruída no decorrer do processo. De fato, me reconheço como parte do processo no qual as questões e reflexões sobre a colonialidade e as maneiras de ver e estar no lugar tornaram-se evidentes e impossíveis de deixar de lado sem incorporá-las à análise, sendo uma reflexão necessária como é proposto no trabalho de João Pacheco de Oliveira (2018) em seus estudos da colonialidade em nosso cotidiano.

Sobre essas orientações, na construção deste trabalho reconheço e me atento a identificar as formas como a colonialidade opera e está presente no contexto pesquisado, para que a análise aqui apresentada seja capaz de contribuir a respeito da compreensão da construção de identidades dos quilombolas do Cajá dos Negros.

Sendo eu membro do grupo, no desenvolvimento deste trabalho, minha própria identidade passou a ser reinterpretada. Durante o processo de pesquisa, assumi uma postura reflexiva sobre o processo colonial, edificador da realidade que constrói historicamente minha

identidade, e é através dessa complexificação que elaborei essa etnografia, a partir de um trabalho de *campo* que durou muito mais do que eu tinha programado.

### **O genocídio da população quilombola em meio a COVID-19**

Este trabalho teve início no final do ano de 2019. Naquele período, cheio de ingenuidade, cheguei a acreditar e me programar para a conclusão e defesa desta pesquisa no ano seguinte, em 2020, mas o que ocorreu foi um desdobramento que me levou a um caminho muito diferente do que eu tinha planejado.

A pandemia teve um impacto fundamental em todo o trabalho, em suas condições materiais, de produção, na metodologia escolhida e, especialmente, na dinâmica do meu grupo, me forçando a reorganizar os planos acadêmicos e de sobrevivência.

Foi neste contexto que, após a primeira experiência de “campo”, ao voltar para a Universidade Federal de Alagoas - UFAL<sup>1</sup>, no primeiro trimestre de 2020, sem saber quando estaria retornando para casa, fui surpreendido com as implicações da pandemia. A última coisa que eu esperava era que o contexto global de saúde me colocasse em uma situação de ter de estar em casa por um longo período, sem perspectiva de retorno para as atividades presenciais do curso, interferindo diretamente no processo desta pesquisa.

O trabalho de *campo* para a construção desta etnografia pode ser dividido em dois momentos. O primeiro ocorreu em uma realidade não pandêmica, menos duradouro, e foi realizado no fim de 2019 e início de 2020. O segundo, com uma durabilidade maior, ocorreu em decorrência da pandemia que me forçou a voltar para casa após as decisões sanitárias tomadas pelos órgãos públicos.

Ainda não me achava preparado para pesquisar e esses acontecimentos me levaram a experienciar novamente esse processo, desta vez de forma mais duradoura, com momentos de tensão e dinâmicas do contexto e realidade pandêmicos.

O/a leitor/a poderá perceber os impactos da pandemia neste trabalho com maior nitidez no último capítulo. Por ora, faço aqui alguns apontamentos importantes que, de certa maneira, demorei muito tempo até compreender a relação da conjuntura política e o contexto de realização desta pesquisa.

---

<sup>1</sup> Neste período, me encontrava residindo na Residência Universitária Alagoana – RUA, desta maneira realizava visitas em períodos médios de seis em seis meses após entrar na universidade e no programa de assistência estudantil à moradia da universidade.

A pandemia fez voltar meus olhares e esforços para a manutenção da vida em Cajá dos Negros. É notório que na realidade brasileira fomentou-se o genocídio de populações historicamente prejudicadas, e eu me incluo nessas populações.

Nessa realidade, a minha comunidade teve que buscar meios para sobreviver. Foi sobre *tramos e barrancos* que o entendimento sobre a real gravidade da saúde pública acabou sendo obtido. Até meados de 2020, a gravidade da COVID-19 não era consenso na comunidade. Como já escrevi em outra ocasião, neste período era possível perceber que

[...] sem a existência de teste para o acompanhamento epidemiológico da comunidade, nos encontramos na situação de incerteza e desinformação quanto a real situação de infectados comunitariamente e a real gravidade do novo coronavírus para as nossas vidas. Ainda segundo Ivaniza, a comunidade tem, atualmente, cerca de trinta pessoas com problemas de diabetes e hipertensão, além de um número de indivíduos considerável que é de extrema importância para o grupo, os idosos; ou seja, uma parcela significativa do grupo de risco (OLIVEIRA, 2020, p.?).

Os/as quilombolas foram vítimas de um descaso sem precedentes, da irresponsabilidade do Estado brasileiro e de sua eficiência em não enxergar essa população, levando a um número desconhecido de mortes e infecções pelo COVID-19 da população quilombola. A Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), em parceria com o Instituto Socioambiental (ISA) registaram, em um levantamento independente, o número de 5.666 casos e 301 óbitos<sup>2</sup>, números que não refletem de fato a real perda de vidas quilombolas.

A busca por projetos e Editais de ajuda à sobrevivência da população passou a ser pauta central em parte das instituições representativas da comunidade. Passei a buscar e captar recursos nessas atividades, movimento que me provocou bastante e, nesse processo, emergi como “liderança jovem”, condição não esperada e de grande impacto sobre minha percepção identitária.

O cotidiano em Cajá dos Negros era marcado, durante a pandemia, pela condição de buscas constantes por alternativas de sobrevivência. Os impactos sociais em decorrência do momento que o mundo e o Brasil estavam passando chegaram à comunidade com uma carga que era fruto situações anteriores e de lutas. Tratava-se de mais uma etapa de resistência que vem sendo traçada desde os princípios de sua formação e organização social.

---

<sup>2</sup> Observatório da COVID-19 nos Quilombos. Disponível em <<https://quilbosomecovid19.org/>>. Acesso em: 16/11/2022.

Não se deve negar e esquecer que passamos por um processo genocida do Estado brasileiro que não dirigiu esforço algum para combater efetivamente a COVID-19 nos territórios étnicos deste país, impactando dramaticamente as populações tradicionais e originárias. O Estado não informou, não conscientizou, por muito tempo não vacinou e nem contabilizou o número de mortes quilombolas; esse foi seu posicionamento.

### **Ofício do Pesquisador Quilombola: posicionalidade e escolhas teórico-metodológicas**

*Eu, o outro, o pesquisador quilombola* me encontro em um processo de revisão crítica das minhas percepções, seja da perspectiva interna sobre a comunidade, seja dos olhares da comunidade para com os *outros*. Foi necessário refletir sobre como penso os *outros* - os de fora - e as relações que existem com eles e perceber também como sou afetado por essas relações. Passei a perceber a minha construção dos “de fora” e isso também fez parte deste processo reflexivo.

Sobre o sentido dado ao *pesquisador*, passei por um processo de desconstrução da minha visão que tinha sido moldada a partir da experiência como membro de um grupo pesquisado. Uma visão que se baseava na observação das estadias de pesquisadores na comunidade para realizarem pesquisas que traziam, ou não, benefícios para a comunidade. Houve casos em que o objetivo parecia apenas coletar dados e ir embora, pois eram agentes do Estado, e muitas vezes já sabiam o que queriam da comunidade em suas específicas características.

Na verdade, para mim, este período era pouco compreensível, e o intrigante era compreender os objetivos e motivos da presença deles/as. Essa visão foi construída durante minha infância e adolescência. Por ironia -ou não- da vida, me encontro no processo de tentar construir uma carreira como *pesquisador*.

A experiência de ser um *pesquisador quilombola* levou-me a reconstruir e reavaliar muitas de minhas visões sobre os pesquisadores e a compreender que existem vários tipos de pesquisadores, pesquisas e objetivos variados. E que esse trabalho, como outros, implica a produção de específicas narrativas e a nomeação do *outro*.

Nas Ciências Sociais, as reflexões sobre o *pesquisador* e o impacto de seu ofício me ajudaram a rever e reformular a minha visão. Sobre os *quilombos*, tive também de realizar um exercício de reformulação, ampliando a perspectiva, pensar para além do que eu entendia, para além da visão construída na comunidade. Nesse sentido, a graduação em Ciências

Sociais foi crucial neste processo e essa reflexão e proposta de trabalho é reflexo desta área de conhecimento.

Compreendo que algumas perspectivas devem ser consideradas e que o conjunto desses pontos tem seus impactos no trabalho. As inquietações a seguir tratam dos atravessamentos que estão presentes no processo de pesquisa, por isso tento apontar para as implicações teóricas e metodológicas no trabalho.

Quando vou para casa é evidente que estou posicionado dentro de relações e amparado em minha bagagem cultural. Em Cajá dos Negros sou filho de Damiana e José Luiz, irmão de Carol, Kaiane, Andre, e Wellington, Neto de Honorato e Horelina, etc. Deste modo, minha experiência e relações significam acessos e impasses variados, proximidades e afetos.

Sinto a pressão, mas também compartilho um conjunto de normas e valores comuns da comunidade, de memórias vivenciadas e aprendidas nas narrativas do dia a dia que fazem parte da lente que uso para observar e interpretar a comunidade. Ao me encontrar ciente desse fato, acredito que o apresentar é importante não só para mim, mas para você também leitor/a, para entender a construção desta pesquisa, ou seja, para a pesquisa e o trabalho como um todo.

Quero argumentar que o conjunto de memórias minhas e coletivas, da comunidade, não podem ser ignoradas na análise, pois fazem parte de mim. Desta maneira, é preciso explicitar que embora a pesquisa tenha um recorte temporal, o conjunto de memórias e experiências prévias não foi ignorado.

Além de pertencer ao grupo quilombola Cajá dos Negros, não poderia negar ou desconsiderar a *pertença* a uma determinada *família*. Acho importante a posição e relação que ela ocupa dentro de um conjunto hierárquico e de disputa que, querendo ou não, nela estou inserido. Esse conjunto de relações e vínculos de diferentes naturezas diz respeito às minhas responsabilidades nesse contexto de vivência, das expectativas (não sempre atendidas) que recaem sobre mim e que demandam adesão à moralidade que vigora no grupo familiar ou às decisões que toma.

As situações apresentadas anteriormente impactaram diretamente a construção deste trabalho. Apesar de toda a familiaridade com o *campo*, me surpreendi, e a construção da pesquisa, a produção dos dados, foram se moldando respeitando essa familiaridade que passou a ser pensada como ferramentas de utilidade para a pesquisa.

No decorrer do trabalho optei pelas seguintes técnicas de produção de dados: entrevistas semi-estruturadas; construção de genealogias; observação/atuação; sistematização e análise de documentos. A própria situação etnográfica influenciou as adaptações das

técnicas e métodos, encaminhando-se para um fazer etnográfico que levou em conta minha relação com a comunidade, como parte importante da percepção e construção desta etnografia.

Como já mencionei eu pertença a esse grupo e a uma *família* que se estende pelas localidades da comunidade, entre conflitos, memórias em disputa e reivindicação étnica. Como pesquisador não pude ignorar todas as questões que me atravessaram e que me levaram a um processo de reflexão, entre *eu* e o *campo*: como o vejo, e como ele me vê.

Nesse contexto, ser pesquisador, jovem, homem, negro, pertencente a uma *família* que detém o uso mínimo de uma determinada quantidade de terra, e até mesmo considerando minha trajetória individual para a comunidade, tem seus efeitos nas formas como sou visto na comunidade.

Desde que decidi que minha pesquisa de conclusão de curso seria sobre Cajá dos Negros, a pergunta que me foi feita: quando eu seria ou não *pesquisador*, já que a pesquisa é meu lugar de pertencimento? Foi um estranhamento sobre o *eu pesquisador*, um lugar que me dava uma gama de sentimentos confortáveis e desconfortáveis: eu estava visível e invisível durante toda a pesquisa.

Bastava o ponto de vista de quem me observava para mudar a maneira como eu era visto, e minha percepção sobre o cotidiano sempre era repensada com os aportes teóricos e com as memórias. Assim, minha tarefa não foi observar as coisas acontecendo, mas fazer a observação enquanto parte do que eu observava.

A condição de tomar uma decisão familiar ou individual no cotidiano se atrelou à condição de pesquisador analisando o grupo, isto é, tornou-se parte da pesquisa. Desta maneira, neste trabalho o *eu pesquisador* apresenta-se com uma condição em que coexistem todas as experiências anteriores e aquelas durante a realização deste trabalho.

Minha afirmação étnica como quilombola de Cajá dos Negros e minha formação acadêmica fazem parte de um *eu* em processo. Nesta pesquisa, busquei afirmar meu posicionamento como pessoa e como pesquisador em formação, dentro de uma abordagem teórica da antropologia por meio de “um procedimento de descoberta que tem como objetivo desvendar os processos envolvidos na reprodução de grupos étnicos” (BARTH, 2003, p 20).

Tentei me aproximar da abordagem escolhida por Jordânia de Araújo Souza (2018), presente em sua tese sobre uma comunidade quilombola na Paraíba. A autora observou que o cotidiano tinha suas características valiosas para compreender o funcionamento do grupo e seus diferentes aspectos morais, as configurações familiares e as relações com o externo da comunidade.

Fiz uso de minha atuação dentro da comunidade como parte da metodologia para a observação da cotidianidade. Construí uma prática de pesquisa participativa que realizei dentro dos parâmetros teóricos e metodológicos da antropologia. Essa abordagem se entrelaça à vida cotidiana e à reflexão acadêmica sobre a identidade quilombola de Cajá dos Negros.

Com essa perspectiva fiz uso das observações de Barth (2003, 2005), que toma em consideração a variação cultural, que permite perceber que traços culturais não estão presentes somente em um determinado grupo, pois se encontram em fluxo. Conjuntamente à indagação de Ulf Hannerz (2003), em especial no seu texto “Fluxos fronteiras e híbridos: palavras chaves da antropologia transnacional”, da qual percebo a importância para a compreensão dos processos de interação e da necessária abordagem processualista para a análise das fronteiras identitárias e das mudanças culturais.

A perspectiva barthiana que uso para observar e analisar a etnicidade do grupo e, especialmente, a concepção de variação cultural que o autor propõe, me permitiu desenvolver esse exercício reflexivo que aqui apresento como resultado da minha experiência e aprendizado como quilombola e acadêmico.

A proposta barthiana no Brasil teve forte adesão por parte de muitos pesquisadores. De fato, sua proposta teórico e metodológica aplicada à realidade dos grupos étnicos no Brasil multiplicaram as pesquisas de autores como João Pacheco de Oliveira (1988, 1998, 2000, 2018, 2019) e muitos outros que se dedicaram a compreender os processos de emergências étnicas de indígenas no Nordeste, bem como Eliane Cantarino O’Dwyer (2002, 2011, 2016), José Maurício Arruti (1995, 2006) entre outros que fazem uso dessas ferramentas para abordar a temática dos quilombos em seus trabalhos.

Durante a revisão bibliográfica e a busca por contribuições para me ajudar a pensar sobre os dados, os autores mencionados e outros foram importantes para lançar luz e impulsionar a reflexão. Levo em consideração também os atravessamentos e a atuação enquanto pertencente ao grupo e “nesse sentido, trata-se mesmo de uma ‘etnografia em movimento’ e de um ‘envolvimento cumulativo e de longo prazo’” (GOLDMAN, 2003, p. 455).

O que são os problemas de pesquisa se não o resultado da forma de enxergar o mundo?

Em meu processo de pesquisa não foi diferente, por isso cabe aqui também apresentar, para além de um corpo de um homem, negro, jovem, quilombola e pesquisador, outros atravessamentos de igual importância: a pertença familiar e a memória. Essas duas se entrelaçam nas minhas compreensões e impressões de mim na cotidianidade.

A memória assume um papel muito importante, sendo que “nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, na realidade, nunca estamos sós (HALBWACHS, 2004. p. 30). As considerações desse autor e de Bosi (2013) me serviram para a elaboração deste trabalho, pois “cabe-nos interpretar tanto a lembrança quanto o esquecimento” (BOSI, idem. p. 18).

### **Estrutura do texto**

Esse trabalho é composto das seguintes partes: nesta **Introdução**, tenho argumentado acerca do tema e objetivos da pesquisa, explicito minha posição, relação e atuação no cotidiano do grupo e as principais referências teórico-metodológicas da antropologia escolhidas para a realização do trabalho; no primeiro capítulo, **Quilombos e Quilombolas no Brasil**, busquei fazer uma discussão em diálogo com a bibliografia antropológica a respeito da conceituação e uso do termo *quilombo* no Brasil em diferentes momentos históricos e políticos; discussão necessária para problematizar a ideia estereotipada, estanque e prejudicial do senso comum; no segundo capítulo **Cajá dos Negros: etnicidade e território**, dirigi meus esforços para contextualizar a comunidade, apresentar sua formação histórica, as Associações atuantes e os conflitos envolvendo o território; no capítulo terceiro **O cotidiano: família, moralidades e política**, me detive em reflexionar sobre ocorrências na comunidade que me provocaram múltiplos incômodos e que dizem respeito à micropolítica do cotidiano, envolvendo questões morais; por fim, teço algumas **Considerações finais**.

## CAPÍTULO 1 – QUILOMBOS E QUILOMBOLAS NO BRASIL

Neste capítulo buscarei trazer uma reflexão a respeito do entendimento do que são *quilombos* no Brasil e os usos desse conceito em situações e contextos diferentes, ressaltando que se trata de uma categoria histórica e que, como toda categoria, é multivocal, sujeita a diferentes interpretações que podem estar em disputa. Também aponto as implicações teóricas e as mudanças de paradigmas que refletem na forma como o Estado passa a tratar os *quilombos* em diferentes contextos. Os/As autores(as) chamam a atenção sobre o significado atribuído ao quilombo, que se tornou senso comum:

Em 1740, reportando-se ao rei de Portugal, o Conselho Ultramarino valeu-se da seguinte definição de quilombo: ‘toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele (SCHMITT,;TURATTI; CARVALHO, 2002, p. 2).

Os *quilombos* foram/são referenciados também como *comunidades negras rurais*, com maior frequência ao Centro, Sul e Sudeste do país. Também como *terras de preto*, mais ao Norte e Nordeste. O termo *quilombo*, ao longo do tempo, teve diferentes significados, evocou interpretações diversas, seja quando a intenção era classificar, afirmar, ou como autoafirmação. Nota-se que esteve presente no vocabulário brasileiro desde o período colonial.

Diante da diversidade de seu uso, podemos cometer equívocos ao utilizá-lo, correndo o risco do uso estereotipado se referindo a um tempo distante, que homogeneiza e reduz a diversidade de grupos a uma única experiência que tivemos ou nos foi passada.

Ao contrário disso, é necessário considerar os processos que ao longo do tempo vêm ocorrendo e que marcam as experiências *quilombolas* no Brasil. Portanto, quero aqui fomentar uma reflexão que será importante para uma melhor compreensão do uso do termo *quilombo* na comunidade de Cajá dos Negros, foco deste trabalho.

Na antropologia há certa concordância sobre os efeitos e implicações do processo colonial em nossa contemporaneidade. Muitas das configurações sociais, em diferentes partes do globo, sofreram sua influência; instituições científicas e jurídicas consequentemente fazem parte dessa realidade, onde suas narrativas acabam impactando as imagens sobre grupos subalternos.

Por muito tempo associaram esses grupos – indígenas, ribeirinhos, *quilombolas*, ciganos – a um “outro tempo” (FABIAN, 2013). Busquei na bibliografia elementos para

embasar a reflexão sobre os *quilombos* e considero que as realidades são processuais e as significações que a elas se dão ocorrem situacionalmente.

Gostaria de dizer que não irei fazer uma crítica a todos os estudos já produzidos, mas irei destacar as formas e posturas na construção do “outro”. Sobre essa questão, o que aponto – e espero que o leitor compreenda – é que proponho interpretar esta discussão considerando processos em que pesquisadores e pesquisados estão envolvidos.

Dentro da bibliografia estudada, nota-se que sobre indígenas e *quilombolas* “a descontinuidade entre aquelas representações do fim do século XIX e a dos pesquisadores atuais é abissal, assim como as orientações da ciência e do mundo dos direitos” (OLIVEIRA, 2018, p. 13). Desta maneira, tento aqui me referir às Ciências Sociais e, mais especificamente, à antropologia, observando e analisando as narrativas sobre grupos étnicos no Brasil.

Me referindo a vivências e troca de diálogos com colegas da área e principalmente no início do curso pude notar que, quando faço a leitura sobre *quilombos* ou quando vivencio ambientes de estudo de colegas fazendo observações pouco fundamentadas sobre a realidade *quilombola*, observo a tentativa e esforço em empregar uma engessada compreensão dos “objetos de estudos”. Delineados por essas perspectivas – que podem nem ser acadêmicas – os *quilombos* e *quilombolas* são engessados e eu não me reconheço na imagem geral e nas narrativas criadas sobre a identidade *quilombola*, pois muito do que eu sou não cabe dentro “desta definição” generalizada do senso comum.

Logo, quando faço leituras sobre *quilombos* não consigo ler sobre eles, leio sobre nós, e não consigo me conceber como parte das visões engessadas nos sentidos de uma identidade unitária de todos os *quilombos*. Não me enxergo dentro deste engessamento. De certa maneira, o meu *eu* não teria essas características definidoras do que é “ser *quilombola*”.

Nesse sentido, as particularidades e variações de cada *quilombo* e *quilombola* são dispersas e apagadas por uma visão ampla e generalista, ao mesmo tempo que tende a preencher a identidade com essa interpretação colonial descritiva de séculos atrás.

Para reconhecer a identidade *quilombola* às vezes exige-se “comprovações”, vestígios que evocam um passado imaginado e descrito em documentos históricos. Esse é, evidentemente, o problema que toma lugar de maior impacto quando requerido para assegurar direitos e planejamentos de políticas públicas. A historicidade dos *quilombos* nessa perspectiva é construída pelas formas documentadas, descritivas, homogêneas de um tempo distante. Como consequência somos captados a responder essa demanda do estado e dentro dos parâmetros jurídicos.

Esses grupos – me incluo como parte de um deles – para serem legitimados estão sujeitos a percorrer um caminho em busca de um passado como forma de justificar o presente, como se a nossa identidade fosse marcada pela representação estagnada daquele período colonial fadada a desaparecer, negando-nos a capacidade de nos reinventar e elaborar nossa identidade contemporaneamente.

### 1.1 As Chamadas Comunidades Remanescentes De Quilombo

É notório que os aspectos identitários que conhecemos hoje e sua dimensão política na atualidade não estavam presentes no significado do termo quilombo nas suas primeiras aparições. Segundo Anna Kelmany Araújo (2019), houve primeiro a denominação de *mocambos* e depois de *quilombos*; esses por sua vez eram termos da África Central usados para designar acampamentos utilizados para guerras ou mesmo apresamentos de escravizados.

O caminho até chegarmos a um uso conceitual de implicações étnicas do termo *quilombo* é longo. No aparato jurídico, esses grupos já foram definidos e sinalizados como criminosos perante a Coroa portuguesa. As formas em que o Estado Colonial os enxergou ao longo do processo histórico se modificaram e ganharam sentidos e orientações nas formas de lidar com eles.

Sobre essa questão, O’Dwyer afirma que “até recentemente, o termo quilombo era de uso quase exclusivo de historiadores e demais especialistas que, por meio da documentação disponível ou inédita, procuravam construir novas abordagens e interpretações sobre o nosso passado como nação” (O’DWYER, 2002, p. 13).

Podemos destacar os primeiros usos do termo no período colonial e, nesse contexto, os autores da citação abaixo destacam os pontos importantes que fundamentam a definição:

Mostra que aquela definição constitui-se basicamente de cinco elementos: 1) a fuga; 2) uma quantidade mínima de fugidos; 3) o isolamento geográfico, em locais de difícil acesso e mais próximos de uma “natureza selvagem” que da chamada civilização; 4) moradia habitual, referida no termo “rancho”; 5) autoconsumo e capacidade de reprodução, simbolizados na imagem do pilão de arroz. (SCHMITT, TURATTI, CARVALHO, 2002, p. 2, *apud* ALMEIDA, 1999, p. 14-15).

Fruto das concepções da época, esses pontos apresentados no trecho acima não desapareceriam de imediato nas narrativas. Pelo contrário, eles estão presentes ainda na

atualidade com as implicações que trazem consigo nos processos argumentativos sobre as causas *quilombolas*.

É necessário nos libertarmos das “definições, jurídica dos períodos colonial e imperial e até daquela que a legislação republicana não produziu” (O’DWYER, 2002, p. 63), pois impactam de forma direta os cenários e contextos destes grupos. Após conseguirmos isso, as pesquisas sobre os *quilombos* podem conter em suas formulações problematizações das noções coloniais que ainda prevalecem e, dessa forma, podemos evitar a lapidação dos *quilombos* em formatos históricos e arqueológicos.

Sobre as implicações da conceituação dos *quilombos*, concordo que “temos de conhecer as condições históricas que motivam nossa conceituação” (O’DWYER, 2002, p. 39). Por esse motivo, concordo também com Almeida (2011), que “não há o monopólio da fala de uma e somente uma formação acadêmica, nem há quem detenha o poder de imposição da ‘definição’ legítima” (ALMEIDA, 2011, p. 48). A volta às definições e à busca por características do período colonial é uma característica problemática que deve ser superada.

Esse pensamento também pode ser percebido, sobretudo, com os Indígenas do Nordeste. João Pacheco de Oliveira (1998) afirma que “tais povos e culturas passam a ser descritos apenas pelo que foram (ou pelo que, supõe-se, eles foram) há séculos atrás, mas sabe-se nada (ou muito pouco) sobre o que eles são hoje em dia” (OLIVEIRA, 1998, p. 48-49). Essa reflexão tem relação também com os *quilombos* e como os concebemos na atualidade.

Dentro deste processo crítico passamos a compreender que saímos do entendimento de *quilombos* “enquanto categoria histórica e do discurso jurídico formal, para um plano conceitual construído a partir do sistema de representações dos agentes referidos às situações sociais assim classificadas hoje” (ALMEIDA, 2011, p. 47). Essa transição ocorre no Brasil impactando as instituições responsáveis por lidar com esses grupos, sobretudo a partir da Constituinte de 1988.

Os direitos reservados aos *quilombos* são garantidos sob o amparo do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988, que prescreve direitos e deveres ao Estado brasileiro, que adicionou o conceito de *remanescente* para quilombolas. Mesmo que esse marco represente avanços, a adesão ao uso de *remanescentes* é problemática, pois traz consigo a ideia de traços do passado como resquícios no presente, reiterando a perspectiva e o pensamento que vínhamos problematizando.

Na minha compreensão, a categoria *remanescente* traz consigo sentidos que novamente traduzem os *quilombos* em termos espaciais e temporais, e os apresenta como resquícios do passado, e não como coletividades cujas identidades estão em constante processo de elaboração.

Portanto, reiteram-se as percepções que a própria palavra traz consigo, isto é, os *remanescentes* dos chamados quilombos históricos. Segundo Arruti (2006), o uso de *remanescente* traz a necessidade de uma problematização para evitar cair nas armadilhas conceituais. A evidência deve ser dada às demais partes onde “o ‘quilombo’ é, sem dúvida o elemento mais importante na alquimia semântica formada pela adição do termo ‘remanescente’” (ARRUTI, 2006, p. 70). Conforme Almeida,

O novo significado expressa a passagem de quilombo, enquanto categoria histórica e do discurso jurídico formal, para um plano conceitual construído a partir do sistema de representações dos agentes referidos às situações sociais assim classificadas hoje. (ALMEIDA, 2011, p. 47).

Esse processo ganha força a partir da Constituinte quando passamos a ser reconhecidos como sujeitos de direito dentro do estado brasileiro. É a partir desse uso e sentido que *quilombo* vem a ser utilizado no contexto de Cajá Dos Negros, com as significações que lhe são dadas pela comunidade.

## 1.2 Quilombos e Narrativas

O uso difuso da categoria *quilombo*, ressemantizada e tornada fator de mobilização política, reveste-se hoje de um significado de afirmação étnica, que transcende, entretanto, a ideia jurídica de reparo de injustiças históricas (ALMEIDA, 2011, p. 94). Durante a minha primeira e única visita à Serra da Barriga em União dos Palmares/AL, por ocasião do convite de uma amiga da cidade, em um período que não era o das festividades do 20 de novembro (Dia da Consciência Negra), me incomodava a forma como ela se referia à Serra, como localidade de antigos "escravos", ou “onde viviam os escravizados, os escravos viveram aqui”.

O fato é que o Quilombo dos Palmares foi uma das organizações de resistência à escravidão do período colonial, sendo umas das ou a mais relevante resistência ao sistema da escravidão. Mas como poderia um grupo que se organizava politicamente contra o regime colonial, dentro da narrativa exposta acima, ser lembrado/descrito justo pelo que eles lutaram para não serem submetidos a ser?

Sobre essa questão, Arruti (2006), a partir de suas informações e análises, aponta que uso do Quilombo dos Palmares e da liderança guerreira Zumbi, serviram mais como evocações metafóricas, ao invés de referências históricas. Em seu trabalho “Mocambo: antropologia e história no processo de formação quilombola”, o autor apresenta uma discussão que é de interesse para este trabalho.

Para Arruti (2006), quando tratamos do termo *quilombo* cabe pensar o seu processo de significação atrelado à sua conversão simbólica. Para o autor, o termo *quilombo* e seus sentidos e usos no período colonial merecem uma maior atenção e devem ser considerados, ao ser proferido pelo conselho ultramarino.

Caberia fazer um esforço de pensarmos quais eram as configurações socioculturais dos grupos assim denominados *quilombos*. Seriam somente os negros? E ao longo da história esses *quilombolas* foram tão homogêneos como foram descritos? Dentro das observações possíveis, esses questionamentos não se respondem com uma afirmação, se em nossa contemporaneidade estudos apontam trajetórias de grupos étnicos *quilombolas* que não são “intrinsecamente fechados” e homogêneos. Na verdade, se apresentam como complexos em suas trajetórias.

Essas inquietações podem nos ajudar a perceber melhor os contextos em que não seriam tão unicamente grupos compostos somente por negros. As relações nos cotidianos estariam sendo elaboradas para fomentar formas de resistência perante o Estado e o projeto de sociedade colonial.

Assim, notamos que se tratava da necessidade de classificar os grupos surgidos dentro da sociedade, sobretudo de escravos, fruto das interações sociais, visando a sobrevivência e elaborando formas alternativas às adversidades repressivas da escravidão por parte do estado regente na época.

Podemos trazer aqui, após o que foi dito, um questionamento à normalização do distanciamento entre as trajetórias indígenas e negras, entre outras. A respeito desta questão, João Pacheco de Oliveira (1998) coloca que “cada grupo étnico repensa a ‘mistura’ e afirma-se como uma coletividade precisamente quando se apropria dela segundo os interesses e crenças priorizados” (*idem*, 1998, p. 60). Essa ideia de distanciamento é reflexo destas narrativas de isolamento e que invisibiliza e tenta apagar os fluxos de relações possíveis entre esses grupos.

Esse tipo de abordagem não ressalta a complexidade do viver social desses grupos étnicos, essa narrativa dos definidores assume como ponto importante um marcador

característico, uma característica que muitas vezes é física e estereotipada para definir quem seria “indígena” ou “quilombola”.

Percebe-se que as relações sociais do período anterior à Constituinte, tais como as de hoje, não são tão homogêneas e com fronteiras estreitamente definidas e impenetráveis. Pelo contrário, na cotidianidade nos deparamos com relações que apontam para um fluxo de experiências, indígenas, *quilombolas*, ciganos, imigrantes de diversas localidades. É um fluxo de tensões que em diferentes momentos toma forma como movimentos de resistências para com as normas dominantes da sociedade brasileira.

### 1.3 Os Quilombos pós 1988

Como mencionado anteriormente, o quadro normativo passou por mudanças importantes a partir da promulgação da Constituição e é justamente a partir desse novo contexto normativo que começam a emergir reivindicações de grupos étnicos quilombolas em diferentes partes do Brasil. Nesse sentido, os processos de reivindicação dos *quilombos* agora passaram a ser requeridos com base na afirmação étnica dos grupos que assim se definem.

Na contemporaneidade, as articulações a respeito dos direitos quilombolas são compostas de organizações e relações que se conectam direta ou indiretamente, desde os próprios *quilombos* em suas particularidades e relações internas até as articulações em redes de aliados dos movimentos.

Passaram a surgir organizações de representação nacional. A CONAQ passou a ter maior visibilidade e representatividade nacional desses grupos *quilombolas*. A luta política destas coletividades e a presença de antropólogas e antropólogos integrantes da ABA - Associação Brasileira de Antropologia, que tendem em seus posicionamentos a se comprometer com a questão *quilombola*, têm impulsionado as reflexões a respeito do tema.

Refiro-me ao resultado de trabalhos e esforços de antropólogos que, desde 1994, concentrados no Grupo de Trabalho Terra de Quilombo, ao debater e refletir teoricamente sobre as pesquisas realizadas “observam que o termo *quilombo* vem assumindo novos significados para integrantes de diferentes comunidades que passaram a se definir como tal” (OLIVEIRA, 2016, p. 11). Esse esforço resultou na publicação, em 1997, de um documento de orientação da ABA sobre o tema, e que por sua vez, tem contribuído para direcionar as pesquisas a respeito dos *quilombos* e a atuação profissional de antropólogos(as) na área.

A participação dos antropólogos nesse processo, através da elaboração dos chamados “relatórios de identificação”, ocorreu em uma conjuntura de

pressão do movimento negro e a criação de mecanismos de representação, como a Comissão Nacional Provisória de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas –CNACNRQ, em 1996, que passaram a exigir dos órgãos governamentais a aplicação do preceito constitucional (O'DWYER, 2002, p. 5).

A participação dos antropólogos atualmente está presente em processos de reconhecimento e titulação de territórios quilombolas. “Em relação ao território nacional (8.515.767 km<sup>2</sup>), a área trabalhada pelo INCRA em favor das comunidades quilombolas não chega a 0,12% da extensão territorial do país” (INCRA, 2017. p. 10). Contemporaneamente, é notável a defasagem sobre o número de titulações.

Esses números deveriam ser maiores, tendo em vista a presença de *quilombos* no País. A relação entre existência de direitos e sua efetivação é complexa e demorada. A forma em que se dá à titulação desses territórios é nitidamente lenta. Observe-se os números presentes na bibliografia que a autora sinaliza.

No Brasil existem 3.524 comunidades remanescentes de quilombos, segundo mapeamentos realizados pela Fundação Cultural Palmares (FCP). Essas comunidades ocupam cerca de 30 milhões de hectares, com uma população estimada em dois milhões de pessoas, sendo que, em 20 anos apenas 154 dessas áreas foram tituladas. (O' DWYER, 2016, p. 257).

Podemos observar que o contexto político e social das comunidades *quilombolas* está intrinsecamente relacionado à estrutura jurídica e social do Estado Brasileiro. Ou seja, os processos de titulação das *terras quilombolas* não estão em uma esfera à parte da realidade política, pelo contrário, o andamento desses processos está sob efeitos do contexto nacional, estadual e municipal. É importante apontar que há particularidades em cada Estado nas formas de lidar com a regularização dos *quilombos*.

Nos processos de titulação de terras podemos observar caminhos diferentes conforme cada caso, ou seja, ocorrem com variações. De acordo com Almeida (2011, p. 97) “a tramitação até o momento é, portanto, múltipla e tem sido ditada pelas circunstâncias específicas de cada situação de conflito” . Assim, não é uma condição única e homogênea a tramitação “ora acumulado no INCRA, ora no CNPT (IBAMA), ora na Fundação Cultural Palmares, ora em órgãos fundiários estaduais” (ALMEIDA, 2011. p 97-98). Diante desta realidade, cada comunidade tende a passar por um processo diferenciado quando pleiteado seu território para a titulação.

Esse tipo de processo passa por questões jurídicas. Conforme Ferreira (2015, p. 130) “[...] pensar a relação entre Antropologia e os três poderes do Estado no atual contexto é pensar uma das formas possíveis de relação entre ciência e política” e, por isso, os laudos e perícias antropológicas ocupam um ponto chave dessa problemática.

O entrave reflete de forma decisiva no processo de titulações, como afirma Andrade (2014, p. 07). “Talvez o principal seja a pressão dos setores que se opõem à regularização das terras quilombolas e indígenas e a pouca disposição do governo federal em enfrentá-los”. Esse cenário pode ser percebido dentro das estruturas políticas sob os interesses das bancadas no congresso nacional.

Deve-se dar a devida atenção à possibilidade de articulação ao tratar dos grandes empreendimentos como um processo que está interligado entre suas partes, seja nas tomadas de decisão e direcionamentos como em seus fundamentos e objetivos. Uma rodovia ou uma linha de trem coexistindo em uma região onde avança a extração, produção ou exploração de algum produto *commodity*, não é jogada ao acaso; na verdade, há objetivos claros que, em nosso cenário nacional, são reflexos do projeto desenvolvimentista.

Como afirma Almeida (2011, p. 15), os “conflitos localizados, envolvendo aparelhos de poder, cujas instituições de caráter econômico implantam seus programas como uma ordem a ser acatada a todo custo, têm se agravado até um ponto de extrema tensão” . Pode-se afirmar que a posição de desvantagem em termos de poder é sempre ocupada pelos grupos que se reivindicam como etnicamente diferenciados.

Em relação aos territórios, O’DWYER (2016, p. 260-261) aponta que “se usarmos como base o total de 2.007 comunidades certificadas como remanescentes de quilombo, seriam necessários, nesse ritmo, cerca de 250 anos para a obtenção dos seus títulos de propriedade” . É perceptível que, os grandes projetos impactam as comunidades de forma direta e indireta.

Essa é uma realidade que impacta de diferentes formas e níveis os *quilombos* espalhados pelo Brasil. Agora, no próximo capítulo, podemos abordar a realidade dos *quilombos* em Alagoas para situar Cajá dos Negros.

#### 1.4 Alagoas Quilombola

Em referência à presença *quilombola* no estado de Alagoas, ao iniciar os estudos dificilmente não se ouvira falar do Quilombo dos Palmares<sup>3</sup>, de sua importância, representatividade e a força política que exerceu durante o século XVI.

“Localizado na Serra da Barriga, atualmente no município de União dos Palmares, este foi o maior quilombo do período colonial brasileiro e resistiu por quase um século” (ESTADO DE ALAGOAS, 2015, p. 13). Essa referência histórica vem à tona ao tratar da ancestralidade e representatividade negra em datas comemorativas. Para além dessa referência pouco se ouve falar dos *quilombos* alagoanos no nosso estado.

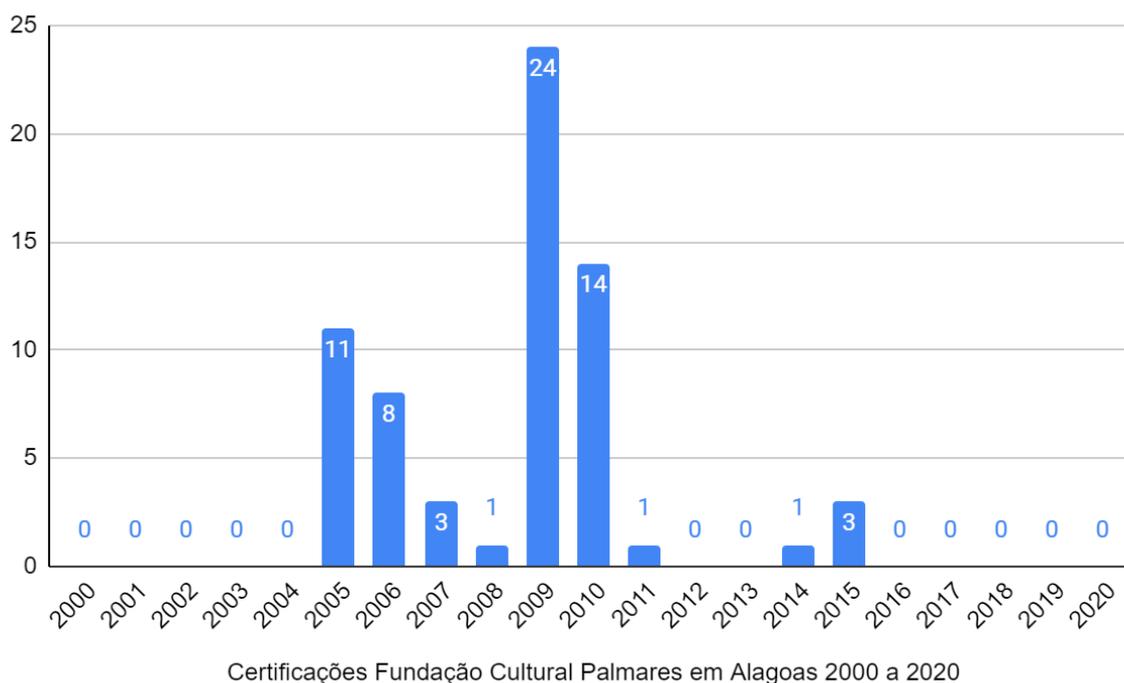
Percebe-se que em Alagoas, a partir do ano de 2004, houve um processo de reconhecimento quilombola, resultado de reivindicações étnicas *quilombolas* - uma movimentação que é também caracterizada por todo o contexto nacional. “Segundo os dados da Fundação Cultural Palmares, foram emitidos entre 2004 e julho de 2015 um montante de 2.606 certidões” (ESTADO DE ALAGOAS, 2015, p. 8).

No universo aqui discutido “atualmente, distribuídas por todas as regiões do estado, a Fundação Cultural Palmares contabiliza, em Alagoas, 68 comunidades remanescentes de quilombolas certificadas, distribuídas em 35 municípios” (BRASIL, 2015, *apud* ALAGOAS, 2015, p. 5). No gráfico abaixo, podemos observar essa movimentação. A partir dos dados presentes no INTERAL – Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas, organizei o gráfico com os dados sobre certificações e os esquematizei a partir dos anos e da quantidade em seus respectivos reconhecimentos. O recorte temporal são as últimas duas décadas, entre 2000 e 2020.

Gráfico XX: Certificações emitidas pela FCP em Alagoas durante os anos de 2000 a 2020

---

<sup>3</sup> O mais importante *quilombo* símbolo de resistência do período colonial, atualmente com o nome Serra da Barriga, tombado em 1986 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em União dos Palmares-AL.



Elaborado pelo autor

A maioria encontra-se em situação de vulnerabilidade. “Constata-se que 86% desta população recebe os benefícios do programa Bolsa Família e 75% está dentro da linha de extrema pobreza” (ALAGOAS, 2015, p. 19). Muitas destas comunidades não têm acesso à terra, e estão sujeitas a situações subalternas.

A produção de renda é realizada através do trabalho para fazendeiros da região, ou precisam se deslocar para fora das suas comunidades, onde trabalham em atividades que, segundo Oliveira e Müller (2016, p. 322) são as

Atividades mais desgastantes e sem a garantia de direitos trabalhistas; em alguns casos, a dependência de pessoas não quilombolas para sobreviver os coloca em uma relação de dominação que beira uma espécie de escravidão moderna”.

Alagoas, como território de *quilombos*, é composto por um cenário complexo, de contextos próximos à realidade nacional, mas com suas particularidades alagoanas frutos de seus processos históricos, políticos e econômicos.

A respeito do funcionamento institucional para lidar com os *quilombos*, em Alagoas, a titulação de terras quilombolas, segundo relatório do próprio Estado, ALAGOAS (2015), segue o modelo particular da operacionalidade das instituições, para trabalhar com os pedidos de regularização territorial quilombola.

Nele estão envolvidos os seguintes órgãos: o Instituto de Terras e Reforma Agrária do Estado de Alagoas (ITERAL) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Sobre a Base Legal: Decreto nº 4.887/2003 e a Instrução Normativa do INCRA nº 57/2009 que orienta e estabelece os procedimentos administrativos para regularização dos territórios quilombolas.

Sobre as titulações no estado de Alagoas podemos observar que, conforme os dados do INCRA, até 2019 havia um total de 17 processos em aberto referentes à regularização das terras Quilombolas no Estado. Desse conjunto apresentado, apenas a comunidade Tabacaria, localizada em Palmeira dos Índios, teve sua terra titulada, com uma área de 410.975,6 ha. Esse conjunto reflete diretamente a étnicidade de Cajá dos Negros que tem de ser elaborada neste contexto.

Após essa breve discussão, podemos melhor adentrar sobre as problemáticas e contextos particulares do *quilombo* Cajá dos Negros. Direciono o texto para a formação histórica do território onde se situa o grupo, localizado em um contexto historicamente marcado pelo coronelismo do interior do agreste e sertão alagoano.

## CAPÍTULO 2 – CAJÁ DOS NEGROS: ETNICIDADE E TERRITÓRIO

O caminho até a comunidade Cajá dos Negros é pela cidade de Batalha que fica a 186,9 km da capital alagoana, via AL-220, seguindo para a zona rural do município pelas margens do Rio Ipanema, e deve-se passar pelos povoados Funil, Aguapé e Saúde de Baixo.

Logo após esse último e se afastando do rio, segue à direita até chegar a uma placa de sinalização cheia de marcas de balas com a seguinte escrita "Assentamento do Cajá 1km, Pau Ferro 5 Km" e uma seta apontando para esquerda, que confunde mais do que ajuda os que vêm de fora (Foto 1). Pela esquerda, segue-se para o Assentamento Cajá dos Negros, em seguida, à direita para a comunidade Cajá dos Negros, mas se trata do mesmo grupo *quilombola*. Por esse motivo, tem gente que conhece apenas parte dele.

A verdade é que existem outras rotas, mas essa é a mais comum, principalmente para os que vêm da capital, e é ensinada até por muitos de nós do grupo para os que vêm de fora. Depois de um certo tempo na comunidade e entendendo a localidade, percebe-se que existem outras rotas – eu mesmo posso desconhecer algumas.



Foto 1: Placa de chegada ao território da comunidade. Essa e outras foram postas pela prefeitura nas estradas de barro que vão para os povoados do município. Fotografia, Israel Oliveira, 29 de maio de 2020.

A imagem dessa placa de sinalização cravada de balas chocou a comunidade, pois ocorreu dias após sua instalação, numa manhã logo cedo. A notícia se espalhava pela

comunidade com o fluxo de pessoas que vinham entre a comunidade Cajá dos Negros e o Assentamento Cajá dos Negros e que trazia alguma descrição da placa. As hipóteses nunca comprovadas sobre esse episódio chegaram a causar pânico na comunidade. O fato é em 2008, ano que a colocação da placa, pois a sinalização foi realizada pouco tempo depois que a compra das terras do Assentamento Cajá dos Negros tinha sido aprovada e as *famílias* que tinham de se mudar para a nova localidade estavam há pouco tempo se estabelecendo..

Esse episódio ficou marcado nesta placa de sinalização e que ninguém ousou retirar ou substituir desde sua instalação. Essa imagem consegue carregar consigo uma “descrição” direta e crua sobre qual realidade a comunidade quilombola, foco deste estudo, tem em seu processo histórico e territorial. Essa placa expressa também o medo e receio que o processo de titulação territorial gerou na comunidade, a violência psicológica do contexto de relações de poder e dominação da bacia leiteira de Alagoas.

A cidade de Batalha é conhecida no estado de Alagoas por um histórico de violências. Para as pessoas que vivem no município é uma realidade constante. Apesar de velada a violência do contexto em que a comunidade está inserida, não é segredo, mas trata-se de uma realidade naturalizada.

Neste capítulo, busco discorrer sobre os processos territoriais e históricos de Cajá dos Negros. O esforço aqui é direcionado a mostrar o território quilombola com que, histórica e contemporaneamente, as famílias de *Cajá dos Negros* se relacionam e vinculam sua identidade. Desta maneira, concentro-me na localidade e nas presenças familiares, internas e externas ao grupo, buscando apresentar a configuração institucional e territorial do grupo.

O vínculo familiar – que não necessariamente obedece ao princípio de uma ligação genética restrita da biologia – tem seu uso como validador de aceitação e de pertença étnica. Neste sentido, antes de partir para uma análise das situações cotidianas, esta parte servirá para passar ao leitor o contexto da formação do grupo e a sua territorialidade.

Há situações particulares no grupo, tais como: a presença de duas Associações e dois pontos centrais de povoamento de famílias quilombolas, vínculos familiares para além da comunidade, bem como a dinâmica de caminhos diferentes a respeito da obtenção e reivindicação de terras por parte das famílias quilombolas.

Este capítulo é estruturado em maior parte com os dados e narrativas sobre a memória do grupo, e dados encontrados no relatório de titulação territorial realizado para o INCRA, elaborado pela antropóloga Keila Brito de Oliveira, durante o ano de 2013.

## 2.1 A Bacia Leiteira e a Comunidade

Fazendo parte do processo de emergência étnica *quilombola* em Alagoas, a comunidade de *Cajá dos Negros* surge no estado como uma das primeiras a serem certificadas pela Fundação Cultural Palmares<sup>4</sup>, em 2005. Após essa certificação a comunidade encarou acontecimentos e reelaborações marcantes com referência ao seu território, influenciando a dinâmica política interna entre as famílias.

Considerando apenas parte do grupo dentro do território reivindicado “Cajá dos Negros atualmente é uma comunidade relativamente pequena em dimensão territorial, com uma área de aproximadamente 26 há” (OLIVEIRA, 2015, p. 57). Essa localidade espacial pequena, é resultado dos avanços ao longo do tempo dos limites das fazendas que rodeiam a comunidade. “A região é cercada de serras [...], com destaque para Serra do Cedro, Serra das Porteiras e Serra das Mãos” (OLIVEIRA, 2015, p. 57). Essa configuração geográfica chama a atenção e proporciona a viabilidade de criação de gado leiteiro na região.

As fazendas nesta localidade se beneficiam das características geográficas da região “estas compõem a paisagem do local e proporcionam um clima mais ameno à região, que, em pleno sertão, apresenta temperaturas um pouco menos elevadas, se comparadas às do restante do semiárido” (OLIVEIRA, 2015, p. 57). É uma região com predominância da atividade agropecuária, localizada na *Bacia Leiteira*, no município de Batalha, uma das cidades centrais dentro da perspectiva dos negócios do leite e seus derivados em Alagoas.

A denominação Bacia Leiteira é motivada pela concentração de fazendas de criação de gado de leite e indústria de ração animal, transformação de leite e seus derivados (queijo, manteiga, iogurte, leite em pó, coalhada) incluindo pequenas fabriquetas, uma indústria de médio porte (Laticínio Batalha) e uma grande empresa, a Cooperativa Agropecuária de Major Isidoro, a CAMIL, esta, a maior cooperativa leiteira do Nordeste, possuindo 1.284 associados, entre pequenos, médios e grandes agropecuaristas de 26 municípios alagoanos (OLIVEIRA, 2015, p. 57).

Oliveira. (2015) aponta que a Bacia Leiteira de Alagoas é um dos maiores centros produtores de leite in natura da região Nordeste, com uma produção diária de 450 mil litros, de acordo com a CPLA (Cooperativa de Produtores de Leite de Alagoas).

Dentro da lógica agropecuária da região, podemos observar que essa produção ultra especializada da criação de gado leiteiro se confunde com as realidades de pequenos produtores domésticos de criação de animais, bem como as grandes plantações se confundem

---

<sup>4</sup> Localizada no município de Batalha, Estado de Alagoas. Registro no Livro de Cadastro Geral nº. 02 – Registro 144 – Fl. 49, em 02/03/2005 – Publicada no Diário Oficial da União em 19/04/2005, Seção 1, nº. 74 – Folha 03. Possui 86 famílias.

com as pequenas *Maiadas*, que são pequenos pedaços de terras nos fundos das casas, uma espécie de quintais.

É importante destacar, que além do último período de seca que afetou a região nos últimos anos, entre os anos de 2000 e 2010, as atividades econômicas sofreram impacto também com a falência da CAMIL, no ano de 2009 (OLIVEIRA, 2015, p. 56). A bacia leiteira é composta por áreas de produção intensivas e de alta tecnologia - do modelo econômico hegemônico - e coexistem com as pequenas produções que seguem modos próprios de produção viáveis dentro dos recursos financeiros e territoriais disponíveis.

Com a predominância desta atividade econômica, a população da comunidade elabora sua fronteira étnica, fazendo parte das atividades econômicas como mão de obra barata para as fazendas do entorno e da região mais ampla, em trabalhos exaustivos e de baixa remuneração.

## 2.2 A família Leite e o Território

Conforme Queila Brito Oliveira (2015), “o histórico de ocupação territorial da comunidade quilombola de Cajá dos Negros se relaciona com o processo de abolição da escravidão no Brasil, mais especificamente com o destino dos trabalhadores negros escravizados nas suas trajetórias no pós-abolição” (idem, 2015, p. 78). É também dentro deste contexto histórico que as narrativas a respeito da história da comunidade circulam no cotidiano.

Muito embora a figura de Antônio Leite seja propulsora da iniciação e relação com o território, a *família Leite* é formada a partir de seu matrimônio com Maria Rosa, figura feminina pouco exaltada. Mas, ela também faz parte do processo e é por meio dos dois que se deu início a uma trajetória familiar que tem muita importância na formação étnica da comunidade. Respalhando as origens familiares referenciadas como mito formador de pertença quilombola, bem como de ocupação territorial, se edificou a partir da trajetória de Antônio Leite e Maria Rosa e seus dez filhos.

As histórias contadas e recontadas em diferentes momentos de minha vida em *Cajá dos Negros*, falam sobre essa família. Ao falar de território é comum ouvir sobre a chegada de Antônio Leite e como ele obteve as terras.

Apesar de que em minha mente as narrativas presentes na comunidade se complementem e se fundem (talvez por ouvi-las repetidas vezes), a antropóloga responsável

pelo processo de elaboração de relatório para o INCRA, conseguiu esquematizar essas narrativas sobre a comunidade

Uma delas é a de que Antônio Leite, capturado na África, veio para o Brasil em um navio e torna-se escravo na Serra da Barriga, no Quilombo dos Palmares, de onde foge em direção à Serra das Mãos, na região de Batalha, onde ficou ainda 15 dias com uma corrente presa aos pés, se alimentando e se servindo da sombra de um pé de Umbu-Cajá. Foi encontrado pelos capatazes, quando estes estavam indo caçar, de um rico fazendeiro, dono de um vapor de descaroçar algodão, por nome Zé Caetano, e levado para a fazenda deste senhor, onde foi cuidado e lá se estabeleceu. (OLIVEIRA, 2015, p. 79).

Ouvi-las e contá-las dentro do cotidiano também implica fazer referências aos elementos físicos do território, pois vemos as ruínas, as árvores, o pé de umbu, as estradas, as serras; as partes da comunidade são o suporte para contar as histórias e existem aspectos diversos das narrativas sobre a chegada, e as figuras presentes como Antônio Leite, Maria Rosa e Zé Caetano.

Outra versão sobre a origem do Cajá, está mais difundida e passível de historicização, diz que Antônio Leite foi um “escravo fugido” do município alagoano de Palmeira dos Índios, no agreste, que encontra abrigo em uma fazenda, no município de Batalha, sertão de Alagoas. Antônio Leite fora “acoitado” pelo Sr. José Caetano, dono da propriedade, que o compra e o “alforria”, em seguida, depois de seu antigo senhor, ter tido notícias sobre o seu paradeiro, indo ao seu encontro. Após resistir à venda do escravo e diante da insistência do Sr. José Caetano, o senhor de Palmeira dos Índios aceita negociar e troca seu trabalhador fugido por uma quantia de algodão e requeijão. Antônio Leite é, então, “alforriado” e se estabelece como trabalhador e morador na fazenda denominada “Cajá”, onde havia um vapor de descaroçar algodão e uma grande quantidade de gado leiteiro. Ao casar-se com Maria Rosa recebe de presente do Sr. José Caetano um pedaço de terra, dando origem à comunidade de Cajá dos Negros, depois de ter com sua esposa 10 filhos. (OLIVEIRA, 2015, p. 82)

Acredito que ambas as versões podem ser possíveis de interpretação conjunta. Considerando os aspectos da fuga e chegada à região e a territorialidade do grupo, em ambas as versões Antônio Leite está fugindo, e em ambas é capturado pelos funcionários de Zé Caetano. A relação construída com o fazendeiro Zé Caetano e a forma de obtenção das terras se apresentam em ambas as narrativas.

Muitos se encontram e contam que a partir desta relação e do estabelecimento na região com sua família é que acaba obtendo as terras, e que Zé Caetano, por não ter filhos, deixa como herança antes de sua morte essas terras que eram parte da fazenda.

Diante destas narrativas, a respeito de Antônio Leite e Zé Caetano, “o fato é que temos um registro da terra que se refere ao início do século XX, ano de 1915, em que encontramos os dois personagens citados nas narrativas orais (OLIVEIRA, 2015, p. 86).

Independentemente da possibilidade de saber da existência dessa documentação no cartório, o acesso a tais informações documentais só veio a se concretizar, para os membros da comunidade, com os esforços e poderes que a pesquisadora evocava em sua profissão junto ao processo de titulação. Durante o processo de minha pesquisa não consegui ter acesso ao registro, o que nos diz muito sobre as dificuldades postas aos moradores da comunidade no que tange a documentação em cartório.

Essa documentação aponta para a confirmação da posse de terras em nome de Antônio Leite, uma faixa de terra muito maior do que aquela delimitada no final do relatório do INCRA. O importante nesse registro de terras está em “o que conferia legitimidade à ocupação dos Leite no local” (OLIVEIRA, 2015, p. 90).

A *família Leite*, neste sentido, tem em sua trajetória histórica uma relação de longa data com o território que vem sendo reafirmada na história oral e nas narrativas das famílias quilombolas da comunidade.

O processo de perda do controle dessas terras tem seu início após a morte de Antônio Leite e Maria Rosa, chegando aos limites atuais. Após o falecimento de Antônio Leite e logo após o falecimento de sua esposa, inicia-se a perda do controle do território com as invasões.

Como parte deste processo surgem os conflitos geracionais entre os netos e filhos de Antônio Leite e Maria Rosa. Em uma das conversas que eu tive com seu Zé Lino (2020) antes de seu falecimento, ele sinalizou que durante sua infância observou que “os netos questionavam as perdas dos limites territoriais, enquanto os filhos já estabeleciam relações com os fazendeiros da região.”

É difícil afirmar e descrever como se davam essas relações, as forças e seus pesos envolvidos, porém é perceptível que as famílias foram perdendo o controle do uso do território, e hoje se encontram na condição de oferecer mão de obra barata para esses fazendeiros do entorno. Condição herdada pelas gerações seguintes e que acaba reproduzindo a condição das famílias de Cajá dos Negros de dever sobreviver, em grande parte, do serviço de mão de obra nas terras invadidas.

É a partir desta narrativa sobre o território que, dizer que é do *Cajá Dos Negros* ou que é quilombola, é ir além de ser morador da comunidade em seu pronunciamento, principalmente quando se está em situações em que é necessário afirmar a fronteira étnica da comunidade.

As famílias de Cajá dos Negros encontram-se reunidas em narrativas que dão sentidos à identidade *quilombola* como uma grande família. Mas há também usos de outras categorias. Por exemplo, cotidianamente utilizada, a categoria *raça leite* se aproxima das observações de Comerford (2003) quando sinaliza que “raça pode ser usado como sinônimo de família” (idem, 2003, p. 35). É a partir dos 10 filhos de Antônio Leite e Maria Rosa que as configurações familiares se ramificam e são construídas expandindo-se em suas trajetórias para além da comunidade como será discutido na próxima parte deste capítulo.

As pessoas declaram a própria pertença à comunidade sinalizando a composição familiar e seu vínculo com ela – sou filho de fulano, neto de cicrano, Sou Leite, sou da *Raça Leite*. Esse uso afirmativo do termos *Raça Leite* é perceptível com maior frequência entre os mais velhos, entre os responsáveis das famílias. Desta maneira, os chefes familiares, cujas posições são ocupadas por homens ou mulheres geralmente por pais ou avós, são referência de seus parentes como parte de sua família. No dia a dia, pessoas como Ivaniza, Cícero Preto, Seu Zé Lino, minha mãe, Damiana, de certa maneira exercem um papel de controle sobre algum aspecto da identidade e convívio familiar e servem para evocar e reiterar um valor, uma qualidade: “ele não fez isso ele/ela é da *Raça Leite*, tenho direito sim sou da *Raça Leite*, honre a *raça* de seu pai/mãe”.

Essa categoria aparece e tem seu sentido dentro do contexto, referenciando o vínculo de parentesco com Antônio Leite e Maria Rosa considerados os fundadores da comunidade, presentes nas narrativas cotidianas e memórias coletivas.

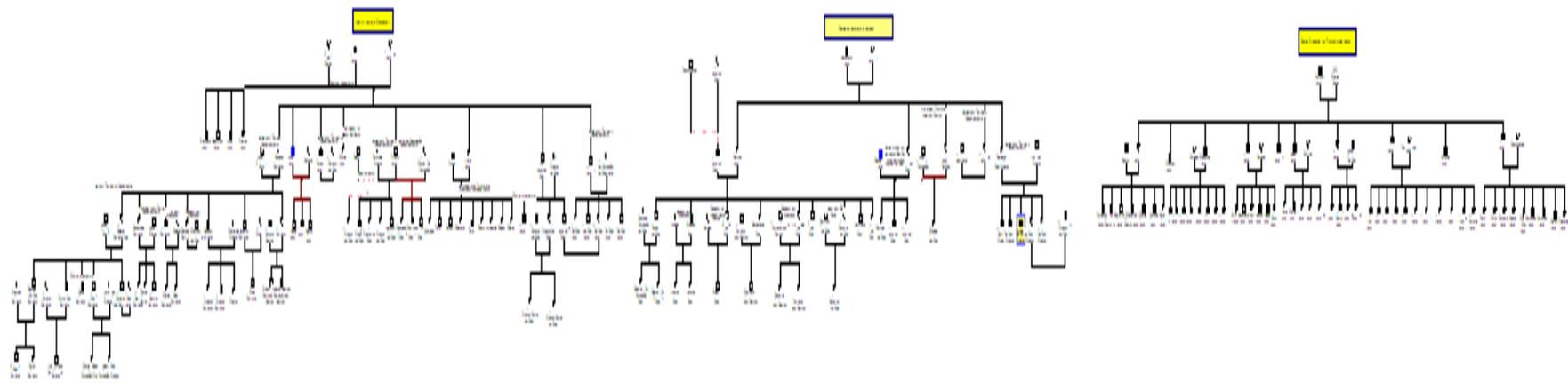
É a partir deste familiar que a categoria *raça leite* é fundamentada, lembrando as vivências, contos e histórias circulantes nas memórias da comunidade em que mesmo que com maior evidência da figura masculina (Antônio) aponta-se para uma trajetória conjunta de figuras históricas propulsoras da territorialização da comunidade e da formação do grupo.

A *família Leite* ou *Raça Leite* se estrutura a partir de Antônio Leite e Maria Rosa, fundadores da família composta por 10 filhos. Elaborei a genealogia abaixo a partir dos dados advindos das conversas com os mais velhos que me informaram as suas ascendências.

O/a leitor/a encontrará as genealogias de outras duas famílias extensas da segunda geração nas figuras 4 e 5. Essas são formadas a partir da família originária, e seus membros encontram-se atuando no cotidiano e nas instituições do grupo de maneira direta e indireta. São famílias na qual encontramos os presidentes das Associações (Cícero e Ivaniza). Trazer essas *famílias* em evidência teve o intuito de sinalizar e analisar a importância de suas atuações nas Associações e na dinâmica étnica do grupo. Desta maneira, aspectos de alianças e dos arranjos político-familiares do cotidiano podem ser melhor compreendidos, bem como

evidenciados. Além disso, o/a leitor/a poderá visualizar onde eu me encontro dentro destas relações familiares.

É importante lembrar que as outras famílias presentes no grupo construídas a partir da segunda geração, e apesar de a análise se debruçar sobre essas aqui, vale lembrar que no universo de mais de cem famílias nucleares no grupo as disputas e locais de poder são variados. A atenção a essas aqui presentes é em decorrência de seu envolvimento intenso com as Associações quilombolas.



Árvore genealógica, Israel Oliveira. *Família Leite*.

### 2.3 Tradições e vínculos familiares para além de Cajá

Gostaria de começar esta parte comentando que logo no início da graduação pensando no meu lugar de estudante de Ciências Sociais e como meus colegas me viam no curso, passei a problematizar as narrativas que reiteram a visão de grupos quilombolas e outros grupos étnicos como sendo isolados sociais. A ideia de isolamento é bastante problemática, tendo em vista que invisibiliza as redes de relações entre diferentes grupos, os deslocamentos e as experiências que seus membros fazem.

Neste mesmo período, em 2018, tive contato com uma mestrandia em Antropologia Social do PPGAS da UFAL, Anna Kelmany<sup>5</sup>, e com ela também tive a possibilidade de discutir sobre a questão das relações familiares entre comunidades quilombolas em Alagoas. Essa problemática esteve presente em sua pesquisa realizada na comunidade de Pau D'Arco no município de Arapiraca – AL e é presente também nesta pesquisa realizada em Cajá dos Negros. A existência de uma relação de famílias presente entre as comunidades lhe trazia questionamentos e parecia um aspecto novo para ela.

A respeito desta questão, o isolamento associado aos grupos quilombolas pode ser questionado no sentido que passamos a identificar a existência de redes de relações entre esses grupos por meio de vínculos políticos e de parentesco. Pretendo retomar essas reflexões aqui, reconhecendo que as mesmas eclodiram durante meu processo de pesquisa. A realização desta etnografia me fez olhar em perspectiva científica os acontecimentos cotidianos dessas relações.

O fato é que entre as comunidades existe um fluxo de deslocamentos entre famílias residentes em ambas as comunidades, e esse fluxo existe por meio das relações familiares entre os dois grupos. As pessoas têm experiências de convivência em ambos os grupos e constroem suas identidades e famílias dentro dessas redes e fluxos. O que encontramos no trabalho de Anna Kelmany da Silva Araújo a respeito desta questão familiar, em Pau D'Arco, são três famílias principais, descendentes de Josefa da Silva e Manoel Tomás da Silva, fundadores e precursores da constituição do grupo.

---

<sup>5</sup> Conheci Anna Kelmany em 2018 durante 1º Simpósio de Antropologia, 3º Aval Internacional e 3º MTB Fest, eventos reunidos sob o tema Direitos Culturais, Diversidade e Ação, que foram realizados de 03 a 06 de setembro de 2018, no Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas (ICS/UFAL). Quando ainda estava na fase final da escrita de sua dissertação no programa de PPGAS/ICS, conversamos um pouco sobre o Cajá e Pau D'Arco.

Na constituição de famílias nucleares, a referência maior no que concerne a noção de pertencimento a uma família extensa, é realizada por meio dos nomes das três primeiras famílias que, segundo narrativas, fundam o lugar no tempo e no espaço. Assim, dependendo da pergunta que se faça, a resposta mais comum é: eu sou Pragelo, eu sou Tolentino, eu sou Januário (ARAÚJO, 2019, p. 147).

Mesmo que eu nunca tenha frequentado o Pau D'Arco, quando era criança pude vivenciar a vinda e ida de famílias durante as férias, os funerais e em datas comemorativas, ou simplesmente visitas familiares. Neste sentido é compreensível que, para além das expressões “eu sou Pragelo, eu sou Tolentino, eu sou Januário”, no contexto de Pau D'Arco encontra-se também referências ao Cajá dos Negros. Como afirma Araujo (2019, p. 147) “Pode-se ainda se deparar com a expressão eu sou Leite, para fazer referência a uma parte da família Tolentino e outras famílias que possuem uma relação de parentesco e afinidade mais intensa com a comunidade Cajá dos Negros.”

Com o passar do tempo e com o aumento do meu envolvimento com essas questões familiares, no cotidiano passei a perceber as pessoas que eram nascidas em Pau D'Arco e casaram-se com pessoas de Cajá dos Negros. O mapeamento dessas famílias passou a ser comum e parte da narrativa do contexto do grupo e das famílias. A autora destaca essa relação importante afirmando que “[...]os Leite já se configurariam como outra família-nome dentro de Pau D'Arco” (ARAÚJO, 2019, p. 147).

A categoria *família*, no contexto de *Cajá dos Negros*, pode emergir de diferentes maneiras a partir do significado que queira ser veiculado em determinada circunstância. Mas, se aproxima aos sentidos observados por Comerford :

Família é um termo ambíguo, por referir-se, dependendo do contexto: 1) à família nuclear (pai, mãe e filhos); 2) à família no sentido dos que tem o mesmo sobrenome, algo como uma família-nome; 3) à família incluindo tanto os consangüíneos por lado paterno e materno, como os afins também por ambos os lados, dentro de limites flexíveis que abrangem apenas os mais próximos de cada lado (que grau de proximidade é algo que só se define em cada contexto), se aproximando da acepção de conjunto de parentes. (COMERFORD, 2003, p. 35)

No cotidiano, nos processos internos do grupo, revivem-se acontecimentos e situações para se referir a uma descendência apontando sentidos de suas índoles, moralidades e honras. Apontam-se defeitos ou qualidades e como Comerford sinalizou os “trancos (em geral usado no plural) é uma expressão referente aos ascendentes, tanto pelo lado do pai como da mãe, no sentido de “origem”, e geralmente parece ser usado para apontar certas qualidades e/ou

tradições familiares” (COMERFORD, 2003, p. 35). O entendimento dessas relações e admitindo a possibilidade de atuações separadas de grupos *nucleares de famílias*, com base no direcionamento de sua *família extensa*, não limitando-se as territorialidade da comunidade, sendo presente em poutros espaços, como as realções presntentes com Pal D’arco, agora podemos agora adentrar a formação do *Assentamento Cajá dos Negros*.

#### 2.4 Cajá dos Negros e Assentamento Cajá dos Negros

Tratar do assunto que se refere ao *Assentamento Cajá dos Negros* é importante, pois muitos aspectos familiares e territoriais fazem parte desse processo. Em 2008, como resultado de esforços políticos anteriores à certificação da FCP, ocorreu um deslocamento de 15 famílias nucleares para um novo ponto de povoamento a cerca de dois quilômetros de distância do centro da comunidade. Deste deslocamento surge o *Assentamento Cajá dos Negros*, uma extensão da comunidade e um novo ponto de moradia das famílias quilombolas.

Estas terras foram obtidas por meio do financiamento do Banco do Nordeste, uma linha de crédito fundiário que viabilizou a compra das terras por famílias de *Cajá dos Negros*. Neste processo, houve a desassociação de famílias, somente ficando as 15 aprovadas pelos critérios exigidos na época.

Assim, em sentidos burocráticos, às terras do Assentamento que são vinculadas à primeira Associação<sup>6</sup> encontram-se na posse de 15 famílias nucleares, com uma área total de 204,60 há. Onde por meio de um Termo de Comodato Rural (Anexo 1) cedido pela Associação, cada *família* do *assentamento* tem uma posse/uso de 37 tarefas, divididas em lotes do total do imóvel rural.

Tal acontecimento ocasionou uma espécie de cisão familiar e associativa aos quilombolas do grupo. Essa situação impulsionou a formação de uma segunda Associação quilombola em *Cajá dos Negros*<sup>7</sup> que passou a representar as famílias não beneficiárias das terras do *Assentamento*.

Mesmo diante da construção de moradias na nova localidade, algumas famílias com acesso a essas terras optaram por permanecer em suas moradias no *Cajá dos Negros* e trabalharem em suas terras do *Assentamento Cajá dos Negros*.

---

<sup>6</sup> Associação De Desenvolvimento Comunitário Remanescentes De Quilombolas Povoado *Cajá Dos Negros*.

<sup>7</sup> Ver a ata da formação da Associação no anexo 2.

A não presença de todas as famílias quilombolas nas terras do *Assentamento Cajá dos negros*, é algo a ser problematizado. O uso das terras ocorre de maneira organizativa entre as famílias, nesse sentido, mesmo que juridicamente as terras estejam em nome de um/a filho/a, o gerenciamento é feito pelo tronco mais velho que organiza a *família* e o uso das terras.

Essa problemática – que pouco se discute na comunidade – parece se alimentar do remorso dos que não conseguiram um pedaço de terra. Em uma conversa com seu Zé Lino antes de seu falecimento, dentre muitas coisas que ele quis me contar, uma tratava deste assunto. Segue o trecho de um diálogo em sua casa quando o visitei em 2020.

**Israel:** *O senhor lembra, como foi esse negócio das terras do assentamento, por que umas pessoas ficaram com a terras e outras não ficou?*

**Zé Lino:** *Eu sei por que foi, Cição não lhe disse, né?*

**Israel:** *não, ainda vou conversar com Cícero Preto,*

**Zé Lino:** *Ele num lui disse, e alguns pode não lhe dizer, mas eu sei de tudo! Uns ficaram e outros num ficaram, aí o seguinte que uns ficou e outros não ficou. Primeiro o seu avô não podia madi o aposento, eu não podia made o aposento, Mane Brior não podia made o aposento, aí uns queria que nós ficasse, não era o povo daqui era lá de Maceió, Não mais ele pode botar os filhos, aí foi tempo que seu avô Zinga botou Maristela, eu botei Nezinho e brior boto Edilson, botaram ele, cada cá botou um filho. Aí um disse, me diga uma coisa seu Mané, quantas tarefas de roça o senhor bota nas terras dos outros? Ele disse eu tó com doze tarefas de roça, plantada de tudo de milho feijão de tudo! Aí um disse, e como é que esse home não pode pegar essa terra e tá com 12 tarefas de terras, nas terras de um fazendeiro? Aí disse que não pode, Porque complica, nós bota aqui como ele pode chega lá não passa, assim e minhho bota um filho, chegala que passa,*

**Israel:** *aa porque tava velho e eles diziam que não consegui...*

**Zé Lino:** *Made o aposento!*

**Israel:** *Que não pode trabalhar mode o aposento é foi isso*

**Zé Lino:** *Porque já tinha benefício do governo! E mais algum que não pegou que tinha dívida lá fora, Biraca não pegou, o fio de Cilo saiu quase na última hora, O José disse que tava gastando muito dinheiro, desistiu! O toinho meu genro desistiu que tinha uma dividazinha lá fora, eu tinha uma divinha, mais aí no nome do menino, aí resolvi paguei, não eu vou pagar, pague que é para poder encaixar, aí eu paguei, tinha dias que eu tava alí na roça a mulher tava ligando para a casa de....*

**Israel:** *Cição!?*

**Zé Lino:** *Não, de seu avô,*

**Israel:** *Sim, vô Norato!*

**Zé Lino:** *a menina tava ligando, ela fala comigo, pergunta se eu já tinha resolvido, que o negócio tava empanhado made essa divinha que eu tava com ela, eu tava no grupo, de quinze eu tava no grupo de quinze era 22 saiu 7 que não quis desistiu 7 que não quis, disse que não queria nu, Biraca mesmo que tinha um gadinho tava mago, disse que não ia vender não pra pagar uma dívida que tava devendo, proque ficafa sem o gado, porque.. dinheiro não dava pra pagar, e aí desistiu. Aí quando a terra saiu, muitos aí disseram que a culpa foi de Cícero Preto, eu tava na hora lá, quando ele mandou chamar um por um, mandou me chamar, Zé lino se vai querer a terra? vô! após cuide em pagar a divinha que se deve lá no banco se não você não encaixa, mandou chamar meu genro, mandou chamar Xoxa, mandou chamar Zé Biraca, Biraca eu não quero não por que eu não vou vender meus bichos pra pagar um negócio lá no banco pra pegar terra, aí Cição mandou atrás de Zé Zito, Ai Zé Zito faltava um documento fazer e ele ia fazer não por que, não podia perder um dia pai fazer esse documento não rapaz*

*você vai uma horinha chegar lá e faz esse documento, e você encaixa mais seus fio, lá no projeto da terra, não não quero não. Um dia cheguei lá acordei ele na com de madrugada ainda, mas não teve jeito, quer dizer que aí, bolaram pra lá bolaram pra cá só entrou os quinze mas que não foi culpa de ciço, a culpa foi deles que não quiseram, aí depois ficam reclamando, mais depois não tinha mais jeito! Porque o caiba com alguma divinha, que devesse não passar, caso tivesse qualquer divinha no banco não passava de jeito nenhum. Foi esse o problema que muitos não pegaram, né aquela terra lá de Afonso.*

Segundo essa narrativa, muitas pessoas não fizeram parte do processo por não cumprirem os requisitos que eram exigidos pelo Banco do Nordeste, e para contornar essa situação, os mais velhos fizeram uma adaptação, colocando juridicamente um de seus filhos/ou filhas para responder ao processo de compra das terras.

Muitas pessoas não acreditavam que o processo iria dar um resultado positivo e isso foi motivo da desistência de muitas *famílias*. Geraram-se situações adversas após a compra das terras ser aprovada e culpabilizam a gestão da primeira Associação que, no período, era presidida por Cícero Preto.

Já o processo de demarcação do território teve início no ano de 2013 e à frente esteve a segunda Associação<sup>8</sup>. Neste processo reivindicatório houve a participação de famílias de ambas as localidades, tanto de forma direta em nome dos chefes familiares quanto por meio de seus filhos. No início da reivindicação da demarcação do território surgiram divergências atreladas aos limites da fronteira identitária. Devia-se decidir quem ficava dentro e quem saía do processo, delimitando quem era morador da comunidade e quem era quilombola. Essas divergências e discordâncias internas devem-se também às diferentes interpretações do processo e da situação.

Para alguns as terras seriam tomadas pelos fazendeiros da região. Logo, eles seriam expulsos à força, e isso resultaria em uma retaliação marcada por violências, como é costumeiro fazer na região. De todo modo, todos concordavam com a possibilidade de haver violência. Os que entraram no processo cientes de seu amparo jurídico pelos direitos garantidos, sofreram perseguições “sutis e direcionadas” durante o ano de 2013. Esse assunto também é delicado e pouco se comenta no cotidiano, a não ser em rodas de familiares e por meio da fofoca.

Esta realidade é preocupante principalmente para os mais velhos que são os que estão cientes dos possíveis resultados e cenários. A preocupação e as tensões estão presentes ainda hoje, pois o processo ainda está em andamento. Compartilhando esta preocupação, algumas

---

<sup>8</sup>Associação De Desenvolvimento Comunitário Dos Remanescentes Quilombolas De Cajá Dos Negros De Batalha, fundada em 30/06/2008.

poucas famílias não se posicionaram a favor da titulação ou apenas não quiseram fazer parte do processo. Esse posicionamento resultou na saída de famílias nucleares da lista que aguardam o andamento do processo de demarcação.

De acordo com o relatório do INCRA (2015) o território para a titulação tem uma dimensão de 547 ha, englobando as seguintes propriedades

Reivindicada em três matrículas, cujos proprietários são Walter Freitas, Adário Bartolomeu e Jucy Azevedo. A segunda inclui o Território Ocupado pela comunidade atualmente, cujos proprietários são quilombolas e a propriedade do Sr. José Maurício Amorin (OLIVEIRA, 2015, p. 96-97)

Nessas propriedades desenvolve-se a criação de gado leiteiro e membros de algumas famílias de *Cajá dos Negros* são mão de obra nessas atividades. Essa relação de trabalho é complexa. Esses fazendeiros, historicamente, têm forte impacto na indústria leiteira da cidade, e ocupam cargos públicos. O Sr. José Maurício Amorim, por exemplo, era vereador da cidade. Essa configuração atualmente encontra-se diferente já que ele não é mais vereador e, recentemente, vendeu parte da propriedade.

Desde o início do processo de titulação essas propriedades sofreram modificações em seus usos e “donos”, principalmente as matriculadas em nome de Jucy Azevedo que, após sua morte, estão sendo fragmentadas pois as terras estão sendo vendidas em lotes. A propriedade de Adário Bartolomeu também que passou a ser cedida para um proprietário de gado leiteiro da região, mesmo com o processo de titulação em andamento adquiriu parte desta propriedade. Essas mudanças na composição e uso do território terão implicações futuras. Porém, na atualidade, afetam apenas as famílias de *Cajá dos Negros* que estão a trabalhar em seu território.

*Cajá dos Negros*, atualmente, se encontra com duas concepções de território. O primeiro em processo de titulação que é reflexo do território histórico que está vinculado às famílias descendentes dos Leites, Antônio Leite e Maria Roza e seus 10 filhos. O segundo, o *Assentamento Cajá dos Negros* resultante de uma compra financiada pelo crédito fundiário do Banco do Nordeste, uma das antigas fazendas da região e que era de propriedade de Afonso<sup>9</sup>. É sob esses espaços territoriais que vivem e sobrevivem essas famílias quilombolas. É também sob esses fatos e circunstâncias mencionados acima que elaboram suas identidades.

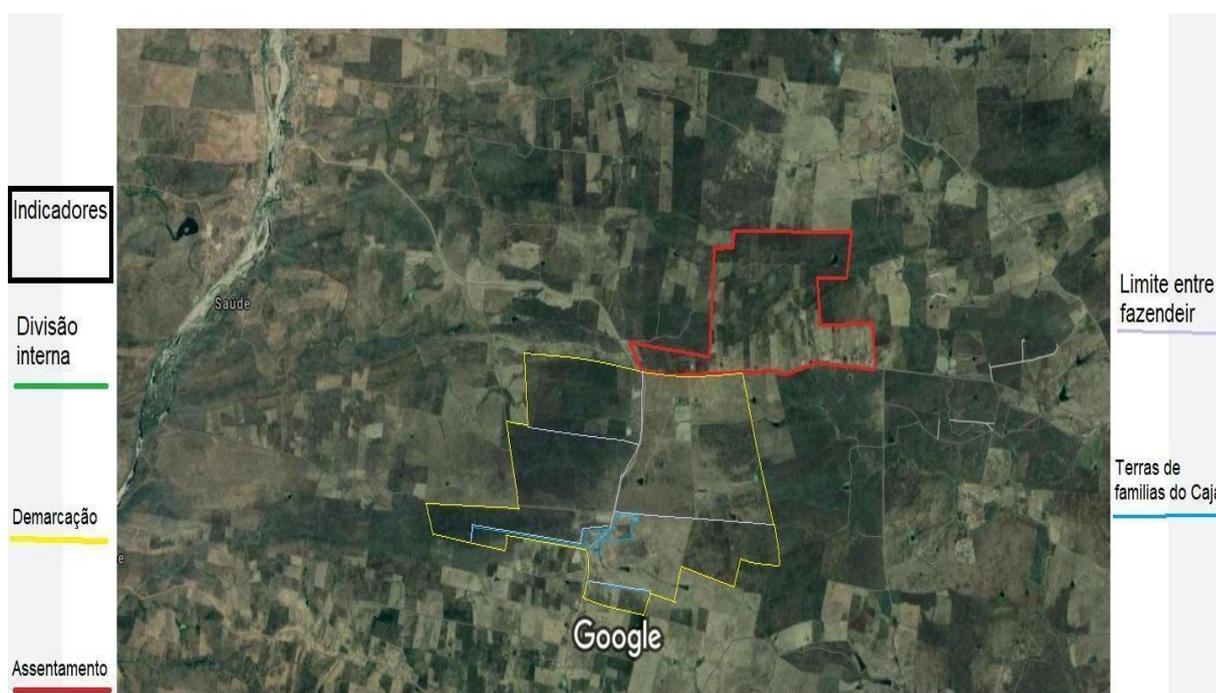
---

<sup>9</sup>Afonso era o fazendeiro dono do imóvel rural que hoje é o *assentamento Cajá dos Negros*, esse pode ser visualizado com a marcação em vermelho no mapa 1. Após a venda das terras, passou a morar na cidade de Batalha até falecer.

Abaixo o leitor poderá observar um croqui e uma tabela que ilustram visualmente as problemáticas tratadas neste capítulo referentes ao território e às Associações.

O croqui visa auxiliar o/a leitor/a na visualização do território, e evidencia os limites das terras do *Assentamento Cajá dos Negros* e as terras reivindicadas no RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação.

A tabela foi organizada com as datas e acontecimentos importantes citados no texto. No próximo capítulo irei buscar aprofundar o contexto cotidiano das famílias a partir das situações de atuação e observação do dia a dia. A pertença e força étnica em Cajá dos Negros é comprovada/reivindicada a partir das evidências e performances das trajetórias familiares. As performances políticas individuais e da *família* também é ponto de observação e refletem-se na narrativa étnica da comunidade.



Mapa 1: Território de do grupo, limites entre a demarcação e as terras do assentamento. Fonte: Google (2021)

**Tabela 1:**

<b>PRESIDÊNCIA E LIDERANÇAS, E ACONTECIMENTOS HISTÓRICOS IMPORTANTES AO GRUPO</b>				
<p>Deslocamentos organizados para as margens do Rio São Francisco na região de Belo Monte em busca de terras. Liderança: Honorato Leite. neste período a comunidade não se encontrava titulada.</p>	<p>Formação da Primeira Associação Quilombola.</p>	<p>Certificação pela Fundação Cultural Palmares.</p>	<p>Finalização do Processo de compra das terras dos Assentamentos. Presidente no período: José Antônio Leite. Formação da nova Associação Quilombola de Cajá dos Negros. Presidenta: Margaret Leite</p>	<p>Entrada no processo de titulação das terras por parte da segunda Associação. Presidenta: Margaret Leite</p>
<b>Período anterior. década de 90</b>	<b>2003</b>	<b>2005</b>	<b>2008</b>	<b>2013</b>

Figura 6: cronologia das lideranças e Associações. Elaborado pelo autor Israel da Silva Oliveira (2021)

### CAPÍTULO 3 – O COTIDIANO: FAMÍLIA, MORALIDADES E POLÍTICA

A escrita deste capítulo em especial é acompanhada de um misto de sensações e observações. Tive que reconhecer que não era possível colocar todas as observações que fiz durante a pesquisa, as memórias e as informações obtidas por meio das fofocas. As situações que serão abordadas neste capítulo foram escolhidas por suas potencialidades reflexivas a respeito da organização familiar e étnica da comunidade. É a partir delas que pretendo adentrar nas questões teóricas, pois fazem parte do círculo de relações do dia a dia.

Os acontecimentos cotidianos são sempre acontecimentos no plano das famílias e de suas relações, ou seja, em alguma medida, sempre dizem algo sobre as qualidades e fraquezas de cada família e sobre a qualidade das relações entre elas no momento a que se refere a narrativa, [...] já que as pessoas e suas famílias e princípio assumem posições solidárias e compartilham qualidades. (COMERFORD, 2003, p. 33).

Minhas ações e posicionamentos passaram a ser interpretados no dia a dia por parte das demais pessoas que fazem parte da realidade de pesquisa.

Conforme a pesquisa foi se desenvolvendo, minha perspectiva sobre a construção dos dados também se modificou. Onde os diálogos simples têm uma ligação com a micropolítica e nas relações familiares, nestes casos coube a mim lidar com as situações que ali estivessem acontecendo.

As famílias de *Cajá dos Negros* se articulam de forma conjunta, conforme seus objetivos. Mesmo que registre entre elas uma relação de parentesco, nota-se que os conflitos e disputas do cotidiano estão presentes entre elas.

Achei interessante as observações de Norbert Elias (2000) acerca do papel da fofoca e a respeito da moralidade envolvida no cotidiano veiculada nas narrativas de cunho negativo ou positivo sobre indivíduos, famílias e instituições. Na comunidade aqui analisada, as dinâmicas familiares influenciam nas normas e estratégias, seja na política interna ou externa, nas construções morais ou na desmoralização.

Achei também importante as observações de Claudia Fonseca (2000) e concordo com ela quando afirma que “para entender o código de valores que rege as interações entre os moradores [...], é imprescindível situar esse grupo dentro do contexto da sociedade abrangente.” (idem, 2000, p. 15). Assim, devemos levar em consideração que a comunidade aqui analisada é formada a partir do processo colonizador ocorrido sobretudo na região

nordeste do Brasil. Desta maneira, podemos dizer que na comunidade, em seu contexto particular

O código de honra é um regulador de interação necessariamente partilhado pelos membros do grupo, sejam quais forem seus respectivos papéis, os critérios de prestígio pessoal variam conforme a idade, o sexo, o status econômico e civil de cada pessoa. (idem, 2000, p. 15).

Creio que a cotidianidade é vivenciada de formas diferentes entre os que são ou não quilombolas, entre os que passam a compor ou não uma família da comunidade, tendo um vínculo familiar ativo. Nesse último caso passará a compor a dimensão étnica da comunidade, se tornando conhecedor e atuante das normas e valores que vigoram no cotidiano.

As relações familiares implicam em articulações que são geridas e praticadas através das normas e valores atribuídos às famílias. Me assumi como pesquisador interno, atuante e integrante destas relações. É a partir deste lugar que busquei trabalhar alguns pontos que são importantes para a afirmação e manutenção da identidade quilombola da comunidade e para alcançar os objetivos da pesquisa.

### 3.1 Uma etnografia participativa

Como mencionei na introdução, minha primeira volta para casa com o intuito de realizar essa pesquisa ocorreu no fim de 2019. Meus familiares e o restante da comunidade não me esperavam como um pesquisador. E mesmo eu não entendia esse lugar de pesquisar minha própria identidade. Pude observar situações e conversar com os mais velhos da comunidade, mas nesse caso o tempo foi corrido e retornei para a universidade com mais dúvidas sobre a própria pesquisa e com a sensação de o tempo curto de sua realização.

Nesta primeira experiência, apesar de ter sido corrida, me concentrei em explicar para os envolvidos que tipo de pesquisa e entrevistas eu estava realizando com os mais velhos e pessoas envolvidas nas Associações. Longe do que eu esperava, situações adversas aconteceram e as coisas tomaram um rumo diferente para além e em decorrência do contexto da pandemia.

No decorrer de 2020 vivenciei casos como o de Dona Cícera que saiu passando mal da comunidade. Havia a suspeita de infecção por COVID-19 e, por falta de testes, até hoje não foi confirmado. Porém seu falecimento decorrente das sequelas em agravamento de problemas cardíacos veio a ocorrer. A maneira como vivenciamos esse contexto, com

isolamento e preocupação com a contaminação, deve-se à pouca informação ou desinformação circulante naquele momento.

Ao retornar para casa tentei me adaptar, mas estava muito preocupado com o contexto pandêmico, evitando sair de casa. Só comecei a circular aos poucos pela comunidade após os 14 dias de isolamento recomendados para evitar a transmissão caso estivesse infectado. De início, a falta de conhecimento e orientações fez com que a crença e as interpretações sobre a veracidade e gravidade da doença fossem questionadas. No começo, notei a medida preventiva com o deslocamento para a cidade de Batalha.

Retornei à vida cotidiana aos poucos. Passei algumas vezes de moto – que é de meus pais – no pátio do *Cajá dos Negros* e na frente à casa de seu Zé Lino. Ele ficava me olhando de longe quando passava na estrada. Tentei evitar o contato com as pessoas, principalmente com os mais velhos, já que volta ou outra tinha que ir à cidade de Batalha onde já havia notificações dos primeiros casos de infecção por COVID-19.

Antes da pandemia iniciar, no primeiro momento como “pesquisador” tivemos conversas interessantes sobre a comunidade e sobre política. Seu Zé Lino demonstrou-se interessado pelo meu trabalho e eu pelas suas histórias. De todo modo, ele encontrou um jeito de entrar em contato já que eu não parava na casa dele. No caminho da roça mãe topou com seu Zé Lino que aproveitou a situação para me mandar um recado dizendo que eu passasse lá para ter mais conversas como as que tivemos antes. E perguntou por que eu passava na frente da casa dele e não parava para conversar. Essa situação me deixou angustiado e contente ao mesmo tempo. Mesmo assim tentei evitar ir para sua casa.

Dias depois, eu estava ajudando com o telhado da casa em construção de minha irmã Carol, que estava noiva nesse período, e seu Zé Lino apareceu no *Assentamento Cajá dos Negros*. Ele veio logo me perguntar por que não tinha ido mais lá na casa dele. Fiquei sem resposta. O chamei para ir lá em casa. Ele queria um café e conversar com meu pai para encomendar estacas.

Na varanda de casa, Zé Lino voltou a questionar sobre o fato de eu não ir lá. Desta vez tentei explicar que era por conta da pandemia e estava evitando ficar em contato, criar aglomerações. Ele riu e disse “isso não pego não”. Mas a partir daí ele entendeu melhor os meus motivos. Mesmo assim disse que era pra eu ir lá, que iríamos conversar depois, que tínhamos de ir para o Pau D’Arco para ter uma conversa com sua sobrinha<sup>10</sup>, aprender umas coisas, dançar um forró lá, para eu aprender como formar uma Associação ou trabalhar na

---

<sup>10</sup> Sua sobrinha é a líder comunitária em Pau D’Arco.

Associação com ela. E disse “quem sabe formamos uma aqui no *Cajá dos Negros*, vamos deixar passar essa fase ruim.” Fiquei pensando comigo mesmo – já tem duas Associações no contexto do *Cajá dos Negros*, e agora eu ser um possível responsável pela criação de mais uma, isso não dá. De todo modo concordei que iríamos sim visitar sua sobrinha.

Seu Zé Lino estava meio inconformado e com desgosto com o andamento das Associações. Segundo ele, estavam paradas por muito tempo sem ir em busca de projetos e direitos. Nesse assunto a tensão da conversa aumentou. Mas, rapidamente mudamos de ponto, e meu pai que estava na varanda também participava da conversação. O assunto agora era sobre as *terras do Assentamento Cajá dos Negros*, das estradas, barragens, entradas e saídas. Zé Lino começou a reclamar que José Antônio que é presidente da Associação do *Assentamento Cajá dos Negros*, havia mandado seu irmão Luiz Preto<sup>11</sup> fechar a passagem dos fundos do terreno essa que dá entrada para as partes das terras que trabalhava, deixando apenas o acesso principal aberto, e que para ele essa opção era inviável. O argumento dele foi que “aquela estrada está lá a mais tempo que eu, o jeito vai ser eu derrubar como fiz da última vez ou falar para Rui fechar o caminho para o irmão dele também” (Zé Lino, conversa 2020).

Os lotes familiares dentro das terras do assentamento, não tem cercas em grande parte, sendo a cerca predominante apenas nas fronteiras com as terras de fazendeiros e pequenos agricultores, que são as propriedades de Cacau, Finado Léu, Finado Chico Catu e Luiz Preto.

No meio da conversa, meu pai opinou dizendo que “sabia o motivo que o levou a fechar aquela parte, e esse era que, estavam usando para passar com gado de vaquejada sem permissão e acabava bagunçado as palmas, as roças” (José Luiz, conversa 2020). Concordamos que fazer uma porteira e restringir o acesso seria a coisa mais viável, pondo algum cadeado para que só as famílias do *Assentamento Cajá dos Negros* tivessem acesso por lá.

Sobre as estacas, pai indicou pegar no mato da barragem grande<sup>12</sup> e Zé Lino também havia pensado em pegar lá. Aproveitando a carona repentina que apareceu de Givanildo que estava indo para o *Cajá dos Negros* de carro, Zé Lino foi embora. Era uma ótima carona para ele já que não estava conseguindo andar de moto por conta de sua cirurgia recente. Ele nem quis comer já que segundo ele “só confia no tempero de sua esposa” dona Carmelita. Foi assim que ele disse à minha mãe quando ela ofereceu o almoço para ele.

---

<sup>11</sup> Luis Preto tem um terreno que é vizinho às terras do assentamento e faz fronteira justamente com a parte das terras do assentamento, de uso de seu irmão Cícero Preto.

<sup>12</sup> Essa mata é a parte da terra que foi deixado para reserva do IBAMA cerca de 60 tarefas, dentro desse terreno tem uma barragem maior que as demais, que também serve de reserva de água já que só é utilizado de lá quando todas as demais esvaziam.

Conversas como essa, mesmo que possam parecer simples, tratam de assuntos como território, família, gestão das Associações e, portanto, do contexto político. O fato foi que, quanto mais o tempo passava eu me encontrava cada vez mais envolvido e atuante no cotidiano da comunidade, em particular das Associações, problemática essa que não estava habituado a lidar. Cotidianamente me envolvi em situações entre as famílias e relações externas à comunidade, tomando conta de minhas ocupações e pensamentos diários.

No ano de 2020 tive de fazer parte de movimentações importantes para a comunidade, sendo “convidado” a realizar esforços em trabalhar com Editais e projetos. Um deles foi o Edital para ajudar na problemática da COVID-19. O projeto foi elaborado e submetido ao Fundo Socioambiental Casa e as implicações deste projeto serão colocadas e analisadas a seguir.

### 3.1.1. A atuação em projetos na pandemia

O projeto é fruto da chamada realizada pelo Fundo Casa Socioambiental: **Apoio Aos Grupos De Base No Enfrentamento A COVID-19 – Regiões Norte E Nordeste**<sup>13</sup>. Minha relação se deu em parte por influência de minha tia Ivaniza, presidenta da Associação de *Cajá dos Negros*. Para conseguir executar essa demanda tive de lidar com contextos de negociação. Ao trazer essa atuação como fio condutor descritivo do texto, busco ao mesmo tempo realizar alguns apontamentos sobre suas implicações e aspectos diversos da etnicidade.

Margaret pediu que junto com Liliane – na época uma estudante de psicologia da UFAL do campus de Palmeira dos Índios, que realizava pesquisa na comunidade – eu contribuísse na elaboração do projeto. Ao montarmos uma espécie de Grupo de Trabalho, com atividades realizadas on-line, direcionei minhas observações sobre as possibilidades jurídicas da comunidade e os aspectos do Edital.

A proposta foi inicialmente pensada de duas formas, onde seriam utilizados os dois CNPJs para a construção de dois projetos simultâneos, um principal e outro de apoio. Desta maneira, em caso de aprovação, poderíamos trabalhar com duas verbas e distribuir entre as duas partes da comunidade, *Cajá dos Negros* e *Assentamento Cajá dos Negros*.

---

<sup>13</sup> Chamada: Apoio aos Grupos De Base No Enfrentamento A COVID-19 – Regiões Norte e Nordeste. Disponível em: <https://casa.org.br/chamadas/apoio-aos-grupos-de-base-no-enfrentamento-a-covid-19-regioes-norte-e-nordeste/> Acessado em: outubro de 2022.

Essa proposta passou por mudanças, motivadas por situações que apesar de não concordar e que tentei apontar, tratava das discordâncias e atuação paralela das Associações; sendo mais específico, entre os dois presidentes e conseqüentemente entre as famílias de ambos.

Ao apontar que os dois não trabalhavam juntos, a problemática em que o conflito atinge suas famílias em algum grau, e em situações diversas, pedi para que Liliane conversasse com tia Margaret antes da submissão para ver o que fariam. Essa decisão que tomei foi pensada para evitar conflitos posteriores. Minha relação de parentesco com ambas as lideranças certamente influenciou nesta minha observação/decisão.

A proposta inicial que nomeamos e estruturamos como 1º Formulário: *Assentamento Cajá dos Negros* e 2º Formulário: *Comunidade Quilombola Cajá dos Negros*, acabou sendo afetada por essa questão e apenas a segunda opção foi submetida.

Após essa resolução paliativa da questão, o projeto pôde ser entendido com o objetivo de estabelecer o centro comunitário como um lugar de base para a higienização para quem saísse da comunidade, antes de retornarem para as suas casas, além de um lugar de produção de máscaras, conscientização dos riscos, prevenção, recebimento e distribuição de alimentos e materiais de higienização.

Ainda a respeito deste projeto, outras demandas apareceram e outras atividades me foram repassadas, me envolvendo e acumulando assim obrigações e cobranças. Para a submissão deste projeto, medidas tiveram de ser tomadas sobre a regularidade da Associação do *Cajá dos Negros*. Enquanto eu tentava ajudar na escrita do projeto, tive que lidar com as solicitações de tia Margaret junto de Flávio que é tesoureiro, e estudante de agroecologia, pelo projeto Pronera na UFAL. Essa e outras obrigações e solicitações estavam respaldadas em aspectos familiares bem como de afirmação étnica; tive de fazer jus ao conhecimento que obtive, e seu uso dirigido a beneficiar a comunidade; obrigações étnicas direta e indiretamente eram levantadas para que eu atuasse em projetos dentro da comunidade.

Para a regularização da Associação naquele momento, foi necessário a lista de inscrição no Conselho Nacional de Assistência Social e emissão do cartão de CNPJ e certidões negativas de débito. Passei a ter contato pela primeira vez com muitas dessas questões e tive que ir aprendendo e me adaptando.

A respeito da inscrição no Conselho Nacional de Assistência Social, ocorreu uma interação envolvendo outras lideranças do Estado que gostaria de trazer neste trabalho. Na ocasião, Tia Ivaniza, pediu que eu buscasse a solução do problema com Genilda, que é líder

comunitária da comunidade quilombola Carrasco, no município de Arapiraca, e está à frente da nova Coordenação Estadual Dandarás – Alagoas. Entendi essa demanda de eu resolver esse problema quando compreendi que elas estavam em discordâncias naquele momento. Mesmo que minha tia Margaret não tivesse me contado nada, eu desconfiava da situação.

Para tratar do assunto do conselho, ao entrar em contato com Genilda, me deparei com a situação em que saiu da desconfiança a constatação. A problemática entre elas, sobretudo das lideranças, girava em torno do contexto político quilombola de Alagoas, e da posição de Tia Margaret com relação à possibilidade e movimentação para a criação de uma nova Coordenação Estadual Quilombola, da qual ela discordava.

Esse acontecimento me colocou em uma posição de negociação, uma espécie de diplomático. Nesta situação Genilda disse: “que não era por mim mais por ela, que estava para ajudar”. Pedi desculpas e disse que estava para ajudar também. No fim, tive que conseguir o modelo de ficha no próprio Site do Conselho Nacional de Assistência Social.

Essas situações de envolvimento e de apontamento de tarefas que eram encaminhadas eu não estava acostumado a atuar. Me parecia algo constante que ultrapassou o espaço para além do *Cajá dos Negros*, uma posição política com diferentes aspectos internos e externos da comunidade envolvendo outras comunidades, lideranças e instituições do Estado.

Aos poucos fui percebendo como eu estava em uma posição onde minhas ações eram interpretadas como produção identitária, onde por meio das relações que me encontrava envolvido, cada diálogo e reunião servia também como um meio pelo qual a identidade quilombola se apresentava. Passei a ter consciência disto. Sabia que meus posicionamentos e atuação eram lidos e observados. Passei a perceber e entender o contexto de informação particular que somente as lideranças acessam, pois para além de serem os captadores de informações gerais eles também se encontram em lugar de transmissão de narrativas. ...

### 3.1.2 Sobre os efeitos da divulgação do projeto

Seguindo com as implicações até a submissão, passando pelos aspectos burocráticos e de negociações na elaboração do projeto em que obtivemos aprovação pelo fundo Casa Socioambiental, o próximo passo foi passar essa informação para a comunidade.

Marcado para uma quarta feira, em 10 de junho, às 19:00hr, dia escolhido por tia Margaret para fazer e divulgação da notícia de aprovação do projeto, solicitou a presença de

toda a diretoria no grupo do Aplicativo Whatsapp e aproveitou para avisar os sócios. Me chamou no privado e falou que seria necessário eu estar lá.

Na mesma semana, no dia marcado sai do *Assentamento Cajá dos Negros* de moto com meu irmão para a parte do *Cajá dos Negros*. Ele foi resolver questões dele e eu para a reunião. Chegamos no início da noite e fui para a casa dela. Entrei, mas ela não estava voltando para o pátio, observei pela janela da Associação que ela já estava lá, e me direcionei para lá para encontrá-la.

Quando cheguei estavam apenas algumas pessoas, cerca de 10 a 14, sem contar as crianças que hora entravam hora saíam. Estavam presentes Flávio, Thiago também membros da diretoria. Os membros associados Edna, Nena, Cidinha, Val, Maria, Luana e a família de Zé do Cajá, irmã de sua esposa e suas filhas que são casadas, vindos do povoado Saúde que também fica em Batalha.

Tia já começa falando que chamou apenas essas pessoas para não tumultuar e mantermos distância, que faria mais seções com as outras pessoas e não questionei. Ela pediu também para que repassassem as informações para seus familiares depois da reunião. No fundo acho que ela esperava mais pessoas.

Quando entramos no assunto que se referia ao projeto, começou logo com uma fala de distinção entre as famílias quilombolas e as não quilombolas. Apontou que estava para ter mais projetos e direitos, e que seriam exclusivamente para as famílias quilombolas. Explicou que algumas coisas que chegassem para a comunidade apenas os quilombolas teriam acesso. Em suas falas dava para perceber que era direcionada para as famílias novas, os quilombolas presentes não se pronunciaram.

Apontou que o projeto que foi pensado para prevenção a COVID-19, e contemplaria todas as famílias, mas que em termo de cadastro na secretaria de assistência social apenas os quilombolas poderiam realizar a autodeclaração. Aproveitou e citou que além destas famílias dentro da comunidade outras pessoas de outros povoados estariam se declarando também na secretaria de assistência social como quilombolas, mas que havia sido avisada sobre isso e iria fazer um filtro, que o critério usado lá para a autodeclaração consistia em ser negro/a. Terminou sua fala dizendo “conheço cada um dos nomes dos quilombolas do *Cajá dos Negros* e *Assentamento Cajá dos Negros*, pais, filhos e netos”.

Após essa situação, a tia Margaret nos apresentou – Eu, Flávio e Thiago – às novas famílias, apontando que os mesmos estavam cursando juntos agroecologia na UFAL, contribuindo por meio de sua assistência, ao mesmo tempo que parecia uma cobrança

relacionada aos retornos para a comunidade, sejam diretos ou indiretos; citando também Liliane que estava trabalhando junto a ela. Tratava-se também de um discurso político, para a atuação dela em demonstrar serviço como presidenta para as famílias, uma forma de comprovação de seu esforço e atuação como liderança.

Ao fim da reunião, ficamos apenas eu Tia Margaret e Thiago e começamos a conversar. Esse momento ocorreu como uma parte não oficial da reunião, estávamos apenas entre nós. Percebi que o pós-reunião tinha um caráter familiar, estávamos antes de tudo neste lugar de ser seus sobrinhos, lugar de suporte, de ajudar no que fosse viável para nós.

Thiago criticou a falta de mais famílias quilombolas, onde apontamos que essas famílias deveriam ter uma maior presença nesses lugares. Tia rebateu falando que “parte da diretoria não veio pois estavam com receio de nós assumirmos esse lugar”, os cargos dentro da diretoria da Associação.

Também tocamos no assunto que se refere às famílias que se aproximaram da comunidade em busca somente das conquistas obtidas. Conversamos sobre a necessidade de não se criar um comodismo com isso, que a geração de renda interna tem que ser o foco, e isso passa inicialmente pela terra. Tia Margaret comentou que estava de acordo com as conversas que vinha tendo com Keila<sup>14</sup>, que está por dentro do andamento da situação das terras do *Cajá dos Negros*.

No fim desta conversa, ainda tivemos que lidar, de forma inesperada, com a chegada de Neto<sup>15</sup> que é da diretoria e estava em outra reunião. Tia, com um tom de estresse, pergunta: por que não veio? Ele respondeu “estava no grupo da Igreja” Tia apontou que ele é da diretoria que é importante sua presença, mas ele respondeu que “a Igreja é mais importante, Deus!”. A situação se construiu de forma tensa. Na tentativa de intermediar e controlar a situação levantei a voz, e falei que iriam ter outras apresentações ou ele poderia pegar as informações com alguém que veio. Em um tom que me pareceu sarcástico, Neto me deu umas tapinhas nas costas e saiu da sala.

Nesse momento disse à tia que era melhor ela mudar a forma de lidar com essas situações de maneira explosiva. Digo essa “forma explosiva”, mas que tem fundamentos, está mais para defensiva. Já que volta em outra, ele insinuou a mim que se sente mais confortável com a presença dos sobrinhos, que entram e saem de sua casa, já que dos outros homens ela

---

<sup>14</sup> Keila foi a antropóloga responsável pelo trabalho de delimitação territorial aqui na comunidade.

<sup>15</sup> Filho mais novo de Seu Zé Lino.

“leva cantadas e tem sua autoridade questionada em diversos momentos”. Ela é mãe divorciada e mora sozinha.

em especial nesses assuntos da moral religiosa, que é maior para alguns, e tentar conseguir manter a ordem. O fato é que neste trecho, pode-se perceber atritos, seja em decorrência da relação geracional, de gênero, religiosa e/ou familiar.

Para nossa tia, eu e Thiago parecíamos conselheiros políticos em algumas questões, estudantes universitários envolvidos com as pautas coletivas. Importantes aliados. Encerramos a conversa e começamos a sair do galpão, fechando as portas e portões. Na frente da sede, Tia ainda toca no assunto de um projetor que acabou sumindo em posse do grupo de jovens. Meu irmão estava em frente a cisterna da comunidade junto de uma roda de pessoas me esperando, dali vim embora para casa que já era perto das 09:00h da noite, e não acompanhei mais o restante da conversa.

### 3.2 Atuação familiar e política no cotidiano

As conversas e situações aconteciam sem a premissa de estar realizando uma entrevista. As disputas e pressões familiares fizeram parte de meu maior envolvimento com as questões comunitárias. Nesse contexto, tive de lidar com as pressões e opiniões de meus familiares e dos demais membros da comunidade, despertados em parte pela aprovação do projeto do Fundo Casa Socioambiental.

Apesar de minha participação no projeto ter sido colaborativa com outras pessoas, o boato das informações que circularam por meio da fofoca, tencionou e moldou as formas que passaram a me enxergar, evidenciando interesses principalmente como se dava minha atuação profissional, despertando curiosidade, por exemplo, pelo meu curso de graduação, pouco conhecido na comunidade.

Começou pelo meu vizinho, que em um momento que me encontrou desprevenido, quando estava no terreiro de casa<sup>16</sup>, me colocou no canto da parede, me cobrando projetos e retornos, também em nome da Associação do *Assentamento Cajá dos Negros*. E Mãe, que discordava da atuação e conquistas de projetos voltadas apenas para os homens, sobre o *Assentamento Cajá dos Negros*, insistia para que eu conseguisse alguma coisa voltado para as mulheres.

---

<sup>16</sup> A área limpa que fica ao redor das casas no interior, em Cajá dos Negros e região chama-se terreiro.

As insinuações da criação de uma cooperativa ou uma Associação só de mulheres passou a circular por meio da fofoca. Por outro lado, tia Margaret me cobrava para que eu conseguisse contribuir mais na Associação do *Cajá dos Negros*.

Com relação às demais pessoas da comunidade não envolvidas diretamente com a Associação, me encontrei recorrentemente em conversas e contexto, onde elas me cobravam para que eu a pressionasse – tia Margaret –, por mais transparência com relação aos conhecimentos/informações de projetos. Neste contexto, a ideia de que estava pesquisando, não parecia ser interessante para as pessoas, mas sim minha atuação nas Associações e em projetos.

Neste mesmo período eufórico da aprovação do projeto, José Antônio me chamou para um assunto e, na situação, ele me perguntou se era verdade que o *Cajá dos Negros* tinha conseguido aprovação no projeto. Ele ficou surpreso com a resposta, afirmando que não poderia ser e logo perguntando se a Associação estava funcionando. Eu disse que sim, que ajudei com o que pude para ela voltar a funcionar, e ele surpreso e com um pé atrás, perguntou se era recurso com retorno ou sem fundo. Expliquei que seria um recurso onde a Associação deveria fazer uma prestação de contas.

Prolongando a conversa, ele pergunta se eu poderia conseguir para o *Assentamento Cajá dos negros* também. Respondi que podia tentar, que esperaria ter Editais abertos que comportassem as demandas do assentamento. Ele pediu para uma de suas filhas pegar os documentos da Associação, com o intuito de me mostrar que estava tudo em dia, que eu poderia usar e insistiu para que eu levasse para casa. Falei que não precisava e quando fosse necessário pegaria. Assim, a conversa de fim de tarde terminou. Fiquei atento, caso encontrasse algum Edital para juntos submeter o projeto via Associação.

Diante desta situação, ao retornar para casa, uma das primeiras coisas a acontecer foi a discordância de meu pai para eu contribuir, bem como a insistência da mãe em pensar em algo para as mulheres. Poucos dias depois, encontrei uma chamada da “embaixada do Japão” – já que atuava fazendo buscas diárias de Editais, atividade que fazia em home office, para a Fundação Municipal de Ação Cultural de Maceió, fruto de meu vínculo como estagiário. O Edital tinha suas exigências, e após o ler, falei com Cícero Preto. Era uma quarta feira de manhã, um dia antes do casamento de minha irmã<sup>17</sup>. Ao procurá-lo em sua casa, minha tia falou que ele estava no curral.

---

<sup>17</sup> Essa situação é trabalhada em um tópico a seguir.

Fui para onde ele estava, o curral fica por trás do salão da Associação do *Assentamento Cajá dos Negros* que hoje é também uma Igreja evangélica. Esse salão, que era a antiga cocheira da fazenda, tem uma extensão ao lado, local que ele guarda ração e ferramentas. Passei pela extensão, e ele estava lá, de botas e camisa brancas no meio da lama das pisadas dos animais, cavando um buraco para pôr uma estaca na cerca. Conversei com ele sobre as exigências do Edital. A conversa trouxe à tona receios e feridas que pareciam que só ele sabia ao evitar algumas profundidades de temas. Concordávamos sobre muitas coisas, no que se pensava como demandas necessárias para o *assentamento Cajá dos Negros*, incentivo para maquinários comunitários como um trator e suas extensões.

Essa reivindicação era problemática quando se retoma a memória dos sócios, apesar de ser um assunto pouco discutido, sabe-se que já veio um trator em nome da Associação, porém esse foi desviado, hora dizem que para a prefeitura hora para outra comunidade. De qualquer forma, a narrativa é de que juridicamente já recebemos esse trator.

O assunto do extrato da conta tornou-se outra questão, a exigência do Edital a respeito do extrato dos últimos cinco anos de atividades bancárias parecia delicado. Segundo suas palavras, a Associação movimentava por quinzena cerca de 40 mil de pagamento de leite, muito embora essa não seja a produção da comunidade.

Apesar de ser uma informação circulante por meio das redes de fofoca, o que de forma simples ocorria, era que a Associação recebia o pagamento de toda a produção dos associados, da Cooperativa de Produção Leiteira de Alagoas - CPLA em Batalha.

Todo esse contexto não era algo desconhecido para mim, já que essa relação motivou muitas das desavenças entre meu pai e os sócios, atrasos nos pagamentos, e os não pagos levou nossa pequena produção de cinco vacas a ser dissolvida durante o período de seca de 2012 para 2014.

No fim falei de outra possibilidade que estava aberta no ministério da agricultura, pedi para ele falar com o Secretário da Agricultura de Batalha, ele ficou receoso com essa condição, e perguntou se eu poderia fazer a inscrição direta sem que qualquer recurso ou informação da adesão ao Edital passasse pela prefeitura, falei que iria ver, mas achava impossível. Por conta do “problema” do extrato bancário, não submetemos proposta a Editais.

Concordamos que eu passaria a buscar projetos sem ligação direta com a prefeitura, e passaria a apoiar as questões das mulheres que minha mãe já tinha tratado com ele; elas queriam recursos para projetos próprios, sem a interferência direta dos homens, para uma atividade delas e somente delas.

Poderia dizer que os conflitos identitários na comunidade e o contexto de Batalha não são separados, mesmo que não evidentes aos de fora. Na verdade, é um jogo de relações complexas e não oficializadas, acordos não assinados existentes apenas no âmbito verbal com base na confiança das qualidades familiares. Essa condição, parece mais uma relação em que, apesar de não se ouvir falar de uma violência física direta a integridade dos quilombolas da comunidade, no contexto da identidade étnica de *Cajá dos Negros*, a violência física sai de cena e emergem violências por meio de acordos e relações políticas ocorridas de maneira “não visível a luz do dia”. No contexto aqui abordado, uma prática estratégica que levou até o momento o livramento de atentados a vidas dos quilombolas da comunidade, parecendo ser mas não é diferente dos acontecimentos que comumente encontram-se em notícias sobre os conflitos envolvendo *quilombos* no Brasil.

Até aqui o que busquei, foi familiarizar o/a leitor/a com todo o processo que me encontrava e a intensidade das situações, que foram modificando com o passar do tempo, a imagem que minha própria atuação gerava dentro da comunidade e externamente, o lugar de liderança jovem mesmo que não fosse algo que buscava e, aos poucos, me edificava e encontrava entre a negação dessa imagem e a leitura dos outros sobre mim.

A proximidade com uma linha de atuação com indivíduos e famílias, conseqüentemente, gerou um mal-estar, moldando de forma positiva ou negativa o acesso e limites dentro da comunidade e na disputa por informações e alianças.

Após essa imersão, gostaria de comentar três situações: a primeira, onde busco problematizar sobre a experiência da situação de morte e luto na comunidade; em seguida, comentarei sobre as implicações do casamento de meu familiar e as complexidades que esse envolve sobre a moralidade e *honra* familiar; por último, buscarei problematizar, o evento político ocorrido na comunidade, dentro do cenário eleitoral do município.

### 3.2.1 Parentesco e funeral

Em meio às festas de fim de ano em 2019, alguns acontecimentos tomaram conta de minhas primeiras experiências de pesquisa. O que tive de vivenciar foi um momento de luto, porém essa situação me fazia retomar novamente a reflexão sobre o vínculo familiar entre os grupos, *Cajá dos Negros* e Pau D’Arco. Retomando novamente essa questão em meus pensamentos, essa ligação de parentesco pode ser percebida quando alguém viaja e vai para a

casa de algum parente, perceber visitas de parentes, onde o fluxo de pessoas na comunidade é de conhecimento de todos que fofocam.

As coisas em que me envolvia cotidianamente eram variadas, passando a observar como pesquisador, notei a relação de influência em acontecimentos rotineiros, onde as redes *familiares* tornavam-se um critério de participação; como em um momento em que fui convidado a ajudar no parto de uma vaca por se tratar de algo que ocorreu entre parte de minha *família*.

Depois do Natal em 25/12/2019, uma vaca entrou em trabalho de parto, ela pertencia a minha tia Marivalda, que é uma das 4 irmãs de minha mãe. Todo o contexto levou a uma colaboração em mutirão, a vaca era pequena e nova, e essas condições em conjunto poderiam levar a um parto complicado, tal como ocorreu. O parto teve como resultado a morte do bezerro, e a atmosfera de tristeza ficou no ar, para todos os envolvidos e em particular minha tia Mariavalda e seu marido Claudemir. Essa situação e os sentimentos de tristeza vieram a piorar no dia seguinte com a notícia da morte da mãe de Claudemir, Dona Tonha.

A notícia vinda do *Cajá dos Negros* se espalhava pelo assentamento. Na frente de casa minha mãe esperava sua irmã passar, ela já sabia que sua irmã de forma rotineira iria levar o leite no tanque pela manhã. Mãe se viu neste lugar de dar a notícia à sua irmã junto de apoio emocional, esse apoio e momento se estendia para Fátima, que é nossa vizinha, que até aquele momento eu não enxergava uma relação evidente de parentesco, descobrindo que ela é sobrinha de Dona Tonha. A situação do parto, chegou a ser lida, dentro do domínio das emoções, como parte do processo de morte, uma espécie de “aviso”.

O fato é que, o processo de luto evidenciou uma condição peculiar da comunidade, em que à dimensão das *redes familiares* se estendem para outras localidades do estado de Alagoas e fora dele, em especial para a comunidade de Pau D’Arco.

O funeral ocorreu no mesmo dia, onde o corpo passou a noite na casa da falecida e foi levado ao cemitério na manhã do dia seguinte. Durante o funeral, a prática que aqui é comum, de despedida dos familiares, resultou em um aglomerado de famílias residentes na comunidade e de fora, essas pessoas se encontravam aos redores da casa da falecida Dona Tonha, ambiente que se estendia entre as quatro casas mais próximas, a de minha tia Ivaniza, meu avô Honorato e a de Luiz Preto. Essas serviam como pontos de acolhimento para os parentes e conhecidos.

Naquele contexto, podia perceber uma união de *famílias* que vivem em Pau D'Arco e em Capelinha, proporcionando a presença na comunidade de *familiares* que não se viam há tempos, situação comum nestes momentos fúnebres.

Durante os seguintes dias daquela semana, a sensação de luto estava presente entre as pessoas da comunidade e se refletia na dinâmica do dia a dia. Podia ser percebido na feira em Batalha – que ocorre aos sábados –, local onde a maioria das pessoas do município realizam vendas de mercadorias, negócios diversos, ambiente formado pelas características da economia local da cidade.

Na feira, as pessoas da comunidade juntam-se comumente em torno da banca de bolo de Damião que é quilombola e mora no *Assentamento Cajá dos Negros*, acumulamos as compras e esperamos os carros de linha darem os horários de partida. Neste mesmo cenário, chegou a notícia de mais uma morte que havia ocorrido na família, residente em Pau D'Arco, a irmã da finada Dona Tonha, Dona Lurde, que faleceu no hospital em Arapiraca. Tratava-se da mãe de Fátima que, por sinal, estava na feira. Enquanto organizava suas coisas na Banca de Damião recebeu essa notícia de forma brusca.

Eu estava chegando na banca quando tentava entender a situação, Fátima que se desmanchava em lágrimas recebia o apoio de outras mulheres quilombolas, as palavras de apoio se repetiam no ambiente. Esse acontecimento levou novamente a ocorrer a movimentação familiar entre os grupos, no mesmo dia, familiares mais próximos, se reuniram e alugaram uma van, para se deslocarem para o funeral realizando o mesmo movimento, só que agora do *Cajá dos Negros* para Pau D'Arco.

De fato, não se pode negar essa relação familiar e sua importância; onde ela é experienciada de diferentes formas entre as pessoas dos grupos, à exemplo de mim que durante minha trajetória de vida nunca cheguei a ir em Pau D'Arco e o conheço apenas por histórias contadas.

O que tentei apontar ao trazer essa situação etnográfica, é que ela consegue demonstrar aspectos dinâmicos da fronteira étnica da comunidade sobretudo a partir das relações familiares. Já presenciei em determinados momentos as frases “sou de Pau D'Arco” ele ou ela “é de Pau D'Arco” atribuídas às pessoas que migraram para o *Cajá dos Negros*, pois há pessoas que vivem “lá” mas são “daqui” e pessoas “daqui” que vivem “lá”. No contexto aqui tratado essa distinção, de ‘lá’ e “daqui” pode ser usada de forma positiva ou negativa, além do que só faz sentido e é usada dentro da comunidade.

### 3.2.2 Casamento e Afetações: sobre minha família

A segunda situação que gostaria de trazer aqui é o casamento de minha irmã Carol que é relevante dentro desta problematização a respeito da identidade quilombola em *Cajá dos Negros*, em especial quando se trata a moralidade familiar. O casamento de minha irmã Carol com meu primo Uanderson ocorreu no contexto de pandemia. Esse casamento teve diversas implicações, dentro de meu núcleo familiar e fora dele.

Mãe vivia tensa e emocionada com essa questão, por ela ser a primeira filha a se casar, sendo uma mulher, aspecto que carregava consigo uma carga de moralidade. Todos os membros da família eram coagidos em participar de alguma maneira.

Por questão de *honra*, mesmo no cenário pandêmico, minha mãe insistiu que teria uma comemoração, ao menos um almoço com testemunhos e parentes próximos. O fato era que meus pais queriam demonstrar a nossa *honra familiar* e a “pureza da união”. O casamento servia como parte de um processo que validaria e afirmaria essa condição. Toda a *família extensa* teve de se mobilizar, eu mesmo que me encontrava desconfortável pois não entendia por que minha irmã repentinamente decidiu se casar, tinha de exercer a função de “irmão”.

Nessa situação, precisei emprestar dinheiro, retirado da escassa economia de emergência, para que fizessem tal evento, pois achavam obrigação dos pais arcando com as despesas do evento para “fazer a festa acontecer”. Diversas implicações eram parte do casamento e fazer acontecer uma festa tornou-se necessário, como um sinal de que a noiva era “pura”, desde o arranjo do cabelo aos detalhes tradicionais, a beleza da noiva carregava consigo uma simbologia.

Ocorreu também a movimentação dos vizinhos e outros familiares para ajudarem com o que podiam: empréstimo de mão de obra, talheres, mesas o que fosse necessário das casas dos vizinhos. Essa movimentação envolveu maior esforço das mulheres que se comprometeram em ajudar na produção das comidas e tudo isso para que fosse um casamento e não um ato de “se amancebar”.

O mini evento que ocorreu, mesmo com a problemática da pandemia de COVID-19, foi uma festa muito animada e durou a noite toda. Aconteceu em um dia chuvoso e algumas pessoas ficaram dentro de casa, mas a maioria como não conseguia fugir da chuva, ficou dançando na lama. Primeiro eu tirei os sapatos e coloquei os chinelos. Depois acabei desistindo dos chinelos e fiquei descalço e outros fizeram o mesmo. Eu que estava sendo uma espécie de garçom, fiquei me movimentando entre dentro e fora de casa, enquanto meu irmão Juca tomava conta do churrasco.

Por ordem de minha mãe, eu, meu pai e Juca estávamos impossibilitados de ficarmos bêbados, porque deveríamos estar bem para receber as pessoas. Foi tranquilo na medida do possível, com a presença só de pessoas de dentro da comunidade. Mesmo sendo um acontecimento com riscos, minha mãe argumentava que “tinha que ter um casamento de tradição”.

Por debaixo dos panos, esse casamento tinha outras complexidades. Apesar de ser uma escolha dela no fim das contas, não afetava somente a ela. Afetava toda a *família*, com maior intensidade a *familiar nuclear*, nos afetando de muitos modos. Eu mesmo me pegava tomando atitudes que me contradiziam, ao ponto de sentir raiva, alegria, querendo ou não aderir às regras morais da comunidade. A minha percepção de mundo que estava mudando com a experiência na graduação, fazia com que eu me abstinêsse de dar opiniões por saber que não seriam bem-vistas nesse contexto.

Às vezes me pegava em contradições: por um lado, eu falava sobre o casamento ser uma decisão de minha irmã e que, no final das contas, a vida era dela, devia exercer sua liberdade como quisesse; por outro lado, eu concordava com meus pais que ela devia se casar só quando sua casa estivesse pronta para morar.

Segundo meus pais, eles não iriam ter esse tratamento com ela, deixando-a se relacionar desta maneira dentro de casa. Como eu lidava com essa opinião que vinha imbuída de uma moralidade problemática? Não sei bem responder, mas me fez pensar, mesmo ali colaborando para o casamento enquanto servia as pessoas.

O fato é que o casamento era apenas uma concretização de todo um processo que mudaria muito a vida de minha irmã, mas não posso negar que a importância para a *honra familiar* também estava a ser afetada ao ser exaltada com uma união pura de *honra*, pois foi o primeiro casamento da família.

Acredito que, nestes momentos, trazemos à tona muitos das nossas concepções de moralidade ciente ou não, como parte do contexto de formação da sociedade brasileira. A existência de uma “noção masculina de honra tornou extremamente vulneráveis ao modo como as mulheres da família se comportavam” (WIKAN, 2010, p. 71).

Acredito que é sobre influências dessa percepção que minha *família extensa* se mobilizou e fez o que fez, “a honra tem uma aura de heroísmo e dignidade” (WIKAN, 2010, p. 71). Em outras palavras, tratava-se de algo de impacto moral familiar, o matrimônio e sua forma de acontecer explicitava algo. Como casou-se? Quem foi à festa? Tinha casa para

morar? Será que ela é moça? Foram questões que implicaram não só para a dignidade do casal, mas para as famílias envolvidas.

Assim percebo que o casamento que foi um momento feliz, também era fruto de um alinhamento e esforço dos membros familiares focados em sua realização, ações que de alguma maneira implicaram em se sentirem bem consigo mesmo. Era sobre contribuir e criticar a manutenção da *honra* de uma *família* que eu faço parte. Acredito que o importante aqui é perceber o quanto estão internalizados aspectos da manutenção de narrativas familiares para os membros da comunidade. No cotidiano, diz muito sobre como será o tratamento que os membros familiares terão, influenciando para que sejam respeitados ou não.

### 3.2.3 Política local e articulações familiares

Este último ponto que gostaria de tocar neste capítulo, faz referência a uma situação no período eleitoral municipal de 2020. O que irei trazer é o comício político que ocorreu na Comunidade dentro da realidade pandêmica.

O evento que ocorreu em uma sexta-feira, dias antes das eleições, se resumia em uma carreata que terminava na comunidade, em que um dos candidatos à prefeitura da cidade de Batalha realizou um palco de falas e confraternização.

Esse evento trazia consigo toda uma carga moral de camadas de relações que circulavam no âmbito da fofoca. Quem apoia quem? Para qual casa o vereador vai? Fulano conseguiu um trator para arar suas terras!? De quem será tal cargo dentro da escola da comunidade, caso fulano ganhe? Todas essas questões estavam no ar durante todo o processo eleitoral.

Batalha é dentro da realidade alagoana uma cidade conhecida por seus escândalos e violência na política. Dias antes da data de votação, os candidatos e candidatas aos cargos de vereador e prefeito, realizavam por toda a cidade suas carreatas, na zona urbana e rural. Praticamente todo fim de semana era escolhido um bairro ou povoado da zona rural da cidade para se realizar tal evento.

Essas carreatas servem como demonstrativos de evidência das alianças familiares e políticas dentro do município. Em prática, seu apoio público e reconhecimento implica em gerar impactos diretos à sua *família* dentro do período da nova gestão pública do município, sejam positivos ou negativos. Em níveis dos cargos comissionados que a máquina pública pode oferecer, ou em apoios direto dos bens materiais, como tratores, e até em níveis de proteção, como apadrinhamento e laços afetivos.

Em uma quinta-feira à tarde, após ter ido para a parte do *Cajá dos Negros*, eu acabei passando na casa de minha Tia Santina. Encontrei meu primo “Carrinho” que é seu filho e vizinho e disse: “diga a tia que venham comer uma galinha aqui em casa que é onde o pessoal de ‘nosso vereador’ vai se reunir.” A situação de festa, como tento aqui demonstrar, não é jogada ao acaso. As pessoas não estavam inocentes, ou melhor dito, as *famílias* não agiam de forma inocente.

O candidato era um dos vereadores que tentava reeleição. José é um de seus cabos eleitorais, responsável por estabelecer uma relação de confiança com minha *família extensa* e o vereador. Trazendo o recado avisei a mãe e pai.

Dentro dessas relações de acordos não oficiais, as famílias se articulam de maneira própria, dependendo do tamanho da *família* e como ela se articula para conseguir alguma coisa, todos em sentidos de idade abaixo dos avós podem assumir o compromisso com um vereador.

Em outras situações, como no caso que envolvia minha *família nuclear*, acabou tomando um rumo individualista frente ao restante da família extensa. Na sexta, durante o horário da tarde, minha mãe se preparava para ir para a casa de seu sobrinho. Eu estava observando o movimento e ela perguntava ao meu pai se ele iria. O silêncio dele parecia uma resposta para aquele momento. Enquanto havia esse clima estava dentro de casa, decidi ir para a casa de minha Tia Carmelia. Fazia isso como uma forma de observar e não lidar com a situação de casa, e me dava a possibilidade de observar as movimentações das pessoas. Havia uma espécie de compromisso em que todos iriam, ou pelo menos uma pessoa representando cada casa.

Já estava ciente por exemplo que dentro do *Assentamento Cajá dos Negros* algumas famílias também declararam voto no mesmo vereador que nossa família. Assim como os demais vereadores tem os seus eleitores, todos estavam com algum comprometimento em um certo nível.

Dessa forma, as famílias da comunidade *Cajá dos Negros* e outras pessoas de fora, estava presente nesse evento, ao menos uma pessoa por família. A situação de “comer uma galinha” se repetia em outras famílias com outros vereadores e configurações de alianças.

As pessoas do *Assentamento Cajá dos Negros* se deslocavam em sua grande maioria para o *Cajá dos Negros*. Ao perceber essa movimentação retornei para casa. Mãe perguntou se eu iria e eu não respondi, mas me sentia mal por ver essas coisas acontecendo. Fiquei observando a situação enquanto mãe se arrumava e pai falava que mãe fosse; Kaiane, minha

irmã mais nova, se arrumava também, enquanto reclamava. Já minha mãe expressava o quanto se sentia mal por não ir nenhum homem junto dela, pelo menos era o que as palavras diziam em tom de raiva, sentindo que era direcionada para meu pai e para mim. Influenciado por essa situação e com um pouco de curiosidade, falei para mãe que iria sim.

Enquanto tomava banho e me vestia, minha mãe falava pelo WhatsApp com Silvaneide que é esposa de Carrinho, pedindo para mandar um carro para nos pegar. Já estava escuro quando o carro chegou, era um chevrolet modelo estrada branca. Dentro do carro estava um homem do Povoado Saúde, ele que também é cabo eleitoral assim como meu primo, e um outro que estava dirigindo que eu não conhecia, mas o carro parecia ser dele. Subimos e partimos direto para a casa de Carrinho.

Chegando ao *Cajá dos Negros* enquanto passávamos pela parte que estava a multidão o motorista abaixou os vidros do carro, não sei se esse era seu intuito, mas as pessoas que observaram essa situação ficaram ali cientes de quem estava dentro, esse abaixar de vidros durou até sairmos desta parte que tinha público.

A relação de minha *familia* com esse vereador era fruto do apoio público a esse vereador que estava diretamente ligado ao acesso a ele e ao uso do seu trator, seja para o preparo das terras seja em outros momentos como, por exemplo, quando precisava-se de água no abastecimento da cisterna ou areia para uma reforma de casa.

Chegando na casa de Carrinho, fomos recebidos com breves cumprimentos no olhar e acenos de mãos, que pulei e fui diretamente para a cozinha onde Silvaneide oferecia comida. Eu estava desconfortável com as pessoas que nem conhecia, e quase não aceitei.

Soltei um sorriso quando vi que Henrique, outro primo, irmão de José que estava na cozinha, começamos a falar entre nós da percepção da situação com o desconforto que sentimos de nossa parte e como ironicamente não fazíamos nada com relação a tudo isso, pois não podíamos. Sabia que não iria ficar ali por muito tempo.

Ao ver Jackson, que também é meu primo, que veio pegar alguma coisa lá, aproveitei para ir de moto com ele para o pátio. Ficamos em frente à casa de Tia Silvania, lá estavam os meninos, Juca meu irmão, Kaique, Bruno, Rafael e Luiz Carlos com seu som no carro, ficamos nessa rodinha só de “homens” aonde volta ou outra aparecia Manuela, a esposa de Luiz Carlos.

Busquei ficar lá por um tempo. Pelo menos não era um lugar marcado para “comer uma galinha” e estava me sentindo melhor, ali não tinha a presença de políticos pois não era ponto de recepção. Mal conseguia prestar atenção na conversa que girava em torno da

qualidade do som. O que me ocorria, sendo sincero, era um certo desapontamento de toda a situação até de mim mesmo, talvez por entender que o que ocorre nestas relações políticas são na verdade estratégias familiares para a sobrevivência no contexto do município de Batalha e como eu mesmo me encontrava envolvido.

Tomei um café, eu mesmo fui me servir. Tia Silvania me ofereceu comida e eu aceitei e, enquanto me alimentava, passou um cabo eleitoral assim como José apresentando seu Vereador que parecia que só eu não conhecia.

Terminei de comer minha sopa de carne e de lá me desloquei para a casa e “bodega” de Tonho Preto e Parecida. Sai no meio das pessoas e observei José Antônio passando por mim rapidamente. Acho que só eu o vi, e ele parecia estar agoniado. Neste momento, minhas primas Andressa e Jassiane rapidamente passaram e com um leve aceno de mão pareciam ter me notado.

Voltando para a casa de Tia Silvania, pelo mesmo caminho resolvi parar na calçada da Igreja que dava uma visão bem panorâmica da festa. A sede da Associação estava aberta para receber as pessoas. Se juntaram a mim minhas primas e depois minha irmã Kaiane.

Decidi passar na sede que estava aberta, mais pela curiosidade de ver como estava. Me encontrei com Tia Margaret e queria saber como ela estava lidando com tudo isso. Acho que não seria favorável à abertura da sede para um evento como este, mas ela tem outra visão, seja pelas possíveis alianças ou como ela mesmo apontou o fato de que Penha estava vendendo seus salgados na cantina da sede que essa era uma das fontes de sustento de sua família.

Era essa a visão dela: era melhor lidar com proximidade com essas questões do que com distanciamento. Retornei para a casa de tia Silvania até a hora de ir embora, no mesmo veículo que nos trouxe. De lá pude observar os discursos que faziam e eram reproduzidos por um som para toda a comunidade ouvir.

Em um deles, dava para perceber o apoio que o *assentamento Cajá dos Negros* dava à prefeita, pois as falas de José Antôniodavam apoio à candidata e prefeita. A realidade é que o assentamento tem uma relação com a candidata e essa relação deveria ser afirmada em público, por isso o presidente assumia esse papel de se pronunciar a favor.

Durante esse processo eleitoral pude presenciar diversas situações. Em uma delas, meu nome estava na lista de um vereador. O que ocorreu foi a venda de meu voto por um parente meu; o vereador buscava informações sobre mim e ao perguntar a José Antônio Ele pediu para apagar meu nome. Argumentou que eu não costumava declarar votos e ele tinha certeza de que eu não teria vendido o meu voto a ele. Fiquei sabendo disso por meio de sua esposa,

minha Tia Carmeli. Outra situação complicada se conduzia por minha rejeição à venda de meu voto para outro vereador que descontente com a situação chegou a pedir explicação a minha tia Margaret por minha ação estranha para ele, “um menino novo desse negando dinheiro.”

De fato, é complexa a forma como ocorrem as alianças familiares dentro do contexto de Batalha. É uma forma de sobrevivência, ao mesmo tempo que se articula com processos como o da titulação das terras com objetivo de conseguir melhorar suas condições, reavendo o uso de seu território.

As famílias que têm terras no *assentamento Cajá dos Negros*, mesmo após as conseguirem, ainda dependem ou são forçadas a essas relações, realizando uma espécie de barganha política para conseguir meios de melhorar suas condições financeiras e com as terras reconquistadas se livrar da necessidade de trabalho no “alugado”<sup>18</sup>.

Apesar de todo o contexto, não pude negar os atravessamentos e como tudo isso mexeu com minhas emoções dentro do processo de análise da identidade quilombola de *Cajá dos Negros*. A intensidade com que tive de lidar com as situações parecia ser potencializada pelo exercício reflexivo que tinha de fazer, ao vivenciar situações como as que apresentei.

---

<sup>18</sup>Consiste em vender o dia de serviço para os fazendeiros da região.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredito que a colonialidade está presente nos *modus operandi* do mundo, sendo assim, também na realidade de minha comunidade. “En este sentido, no hay nada en nuestra cultura política de la era colonial que no sea el resultado de este proceso de sobredeterminación” (GUHA, 2019, p. 91). A comunidade tem sua formação dentro desta realidade. Se por um lado eu tentei estar atento ao meu fazer científico e a colonialidade que poderia emergir no contexto de pesquisa, foi necessário perceber como o contexto em que cresci também tem seus aspectos resultantes do processo de colonização, logo, eu mesmo.

Foi e é necessário um esforço para desconstruir as noções estereotipadas sobre quilombolas, ao mesmo tempo que passei a evidenciar relações sensíveis em diferentes níveis entre as agências e agentes da realidade alagoana dentro do contexto étnico quilombola. Para lidar com essas relações é necessária uma abordagem processualista que permita enxergar a complexidade e a dinâmica étnico quilombola em Alagoas.

Também, estou no lugar de produzir narrativas que em sentido epistemológico contradizem as produções hegemônicas, onde “a luta por discursos alternativos está precisamente na tensão entre a necessidade de ser relevante diante de condições locais, nacionais ou regionais, por um lado, e o desejo de produzir ideias universais” (ALATAS, 2010, p. 226). O uso das teorias e das possibilidades narrativas no meio acadêmico, dependem do cientista e sua performance dentro da área em que é atuante por meio de seus trabalhos e produções.

A observação que mencionei na introdução sobre as narrativas dentro do meio acadêmico implica diretamente as críticas ao conceito de ‘nativo’ realizadas por Arjun Appadurai (1992). Retomando novamente as memórias do início da graduação, as ações realizadas por meus colegas de curso apesar de não serem afirmativas, me colocavam em posição de encarcerado ou confinado na maneira esperada de “ser quilombola.”

Busquei evidenciar dentro deste trabalho que a existência da identidade étnica de *Cajá dos Negros*, bem como de outras comunidades, está diretamente ligada a existência de não quilombolas, pois vivemos no mesmo tempo, embora claro, em condições e situações diferentes e com variabilidades de experiências.

Busquei neste trabalho demonstrar as complexidades que existem dentro do projeto étnico de um grupo quilombola em Alagoas. Esse trabalho atenta-se e preocupa-se com questões específicas porque parte sobretudo de mim e de minhas interpretações e leituras

sobre a realidade o que influenciou a própria metodologia, em alguns pontos se aproximando em sentidos práticos de uma proposta autoetnográfica.

Desta maneira, alguns contextos e perspectiva de observação só foram possíveis de realizar pois aspectos específicos como o uso da memória era constantemente acionado indagado pela própria situação a qual participava. Neste sentido apesar de não ter sido um método norteador da pesquisa, acredito que esteve presente pois “a antropóloga reflete sobre sua própria experiência, ou a partir dela, para analisar questões da sociedade e/ou cultura à qual pertence” (GAMA, 2020, p. 190). Essa metodologia pode ser de grande importância, pois seu uso ajuda a aprofundar da melhor maneira na captação e observação do contexto de pesquisa e na produção de dados. Acredito que a utilização desse método poderá trazer uma maior inserção e percepção teórica sobre a identidade quilombola do grupo, como tentarei fazer em futura pesquisa.

A respeito do território, o grupo passa por um processo que levou à configuração territorial atual. Essa configuração, por sua vez, está estritamente ligada à trajetória das famílias quilombolas, desde a chegada dos nossos ascendentes até a atualidade, passando por processos que resultaram na perda gradual do controle pleno das terras por parte dos quilombolas, dentro das adversidades do contexto econômico e político da região de Batalha.

As relações familiares em *Caja dos Negros* que acontecem de forma fluída e contextual, apesar da característica do uso e formação de uma origem comum, o que ocorre na vida cotidiana são as articulações familiares que geram conflitos e alianças longas ou momentâneas, dentro de uma situação e questão específica a partir dos tipos de honra e moralidade evidenciada.

Uma família pode apoiar outra por objetivos e vínculos diversos: território, parentesco, política, *honra*, segredos e negociações econômicas, cada um com seu devido peso, referenciado a cada contexto. Esses acontecimentos podem parecer sutis, mas dão vida a acordos firmados em conversas e interação do dia a dia, sem a necessidade de reuniões e formalidades.

Dentro de todo o processo de pesquisa, acabei me descobrindo e aprendendo a lidar com o lugar de ser uma “liderança jovem” inexperiente, passando pela negação e aceitação. Por conta desta pesquisa tive de me debruçar com as problemáticas da cotidianidade de meu grupo. Tenho consciência que não consegui suprimir o sentimento de revolta na escrita deste texto. Esse processo me fez necessariamente refletir sobre minha identidade de forma

profunda e sobre questões e percepções que causaram incômodos quando lhe dirigi a devida atenção.

Ao final deste trabalho, justifico a escolha por deixar de fora dados e contextos a serem trabalhados e melhor explorados em uma outra empreitada. Essa opção se deu por compreender as fragilidades e as questões éticas inerentes. Essa versão que apresentei é ainda uma versão por assim dizer “quente”, por isso tenho consciência e pretendo realizar ajustes necessários para retirar e melhor tratar dados e assuntos delicados que impactam a comunidade e pessoas envolvidas. Acredito que em um possível aprofundamento da pesquisa, esses caberão de melhor maneira, na esperança de uma conjuntura política favorável.

Por agora, creio que consigo responder ao meu Avô Honorato: sim, fui eu que quis perguntar. Essa resposta não foi fácil de processar e digerir, pois acabei percebendo o tão pouco, eu me importava e sabia/ou sei sobre nós dentro da possibilidade das coisas e história de nosso grupo. Mas, ao mesmo tempo, agora eu passei a sentir o peso do saber, de ter acesso e conviver com memórias e histórias de nossa comunidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALATAS, Syed F. A definição e os tipos de discurso alternativos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 23. n. 46, p. 225-245, dez., 2010.

ALMEIDA, A. W. B. **Quilombolas e novas etnias**. Manaus: UEA Edições, 2011.

ALAGOAS. Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. **Estudo sobre as comunidades Quilombolas de Alagoas/Alagoas**. Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. – Maceió: SEPLAG, 2015.

ANDRADE, L. M. M. **Quilombos contemporâneos**. In: Associação Juizes para a Democracia / Ano 14 - nº 65 - Setembro - Novembro 2014.

APPADURAI, Arjun. 1992. “Colocando a hierarquia no seu lugar”.

ARAÚJO, A. “**Troncos velhos, troncos e ramas**”: memória e território de parentesco. In: Em Pau d’Arco, muitas flores: memória, território de parentesco e fronteira étnica / Anna Kelmány da Silva Araújo. - Maceió, 2019.

ARRUTI, José Maurício. *Mocambo: Antropologia e história do processo de formação quilombola* – Bauru, SP: Edusc, 2006.

ARRUTI, José Maurício A. Morte e vida do Nordeste Indígena: a emergência étnica como fenômeno histórico regional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995, p. 57-94

BARTH, Fredrik. Temáticas permanentes e emergentes na análise da etnicidade. In: VERMEULEN Hans e GOVERS Cora (Orgs.) *Antropologia da Etnicidade: para além de “Ethnic groups and their boundaries”*. Lisboa: Fim de Século, 2003. p. 19-44

BARTH, Fredrik. **Etnicidade e o conceito de cultura**. In: *Revista Antropolítica* 19. Niterói: EdUFF, 2005.

BOSI, E. **A Substância Social da Memória**. In: *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social* - São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 10 Setembro. 2021.

COMERFORD, John. C. **Como uma Família**: sociabilidade, território de parentesco e sindicalismo rural. - Rio de Janeiro. Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2003.

ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. P. 121-133

FABIAN, Johannes. O Tempo e o Outro: como a antropologia estabelece seu objeto. São Paulo: Editora Vozes, 2013.

FERREIRA, Andrey. C. “**Antropologia, verdade e poder**”. In: J. P. de Oliveira; F. Mura e A. B. da Silva (org.). *Laudos antropológicos em perspectiva*. Brasília: ABA Publicações, 2015.

FONSECA, Claudia. **Fofoca e violência**. In: \_\_\_\_\_. *Família, fofoca e honra*. UFRGS Editora, 2000.

GAMA, Fabiane. A autoetnografia como método criativo: experimentações com a esclerose múltipla. *Anuário Antropológico*, Brasília, v. 45, n. 2, p. 188-208, maio-agosto, 2020.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis/RJ: Vozes. 2002.

GOLDMAN, Marcio. **Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos: Etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia**. *Revista de antropologia*, São Paulo, USP, 2003, V. 46 Nº 2.

GUHA. Ranajit. **Dominación sin hegemonía: Historia y poder en la India colonial**. Madri; Traficantes de Suenos, 2019.

HALBWACHS, M. **Memória Coletiva e Memória Individual**. In: *A memória coletiva*. Tradução Laís Teles Benoir - São Paulo: Centauro, 2004.

HANNERZ, Ulf, 1997, “**Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional**”, *Mana*, 3 (1): 7-39.

INCRA. Casa Civil da Presidência da República Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas - DFQ. **Andamento dos Processos - Quadro Geral**, 2019. Disponível em: [http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-andamentoprocessos-quilombolas\\_quadro\\_geral.pdf](http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-andamentoprocessos-quilombolas_quadro_geral.pdf) . Acesso em: 10 Setembro. 2021.

\_\_\_\_\_. Casa Civil da Presidência da República Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas - DFQ. **Processos Abertos Por Região**, 2019. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-processosabertos-quilombolas-v2.pdf> . Acesso em: 10 Setembro. 2021.

MARQUES, Ana Claudia, VILLELA, Jorge. O que se diz, o que se escreve. Etnografia e trabalho de campo no sertão de Pernambuco. *Revista de Antropologia*, 48 (1), 2005, p. 37-74

O'DWYER, Eliane C. Etnicidade e direitos territoriais no Brasil contemporâneo. *Iberoamericana*, XI, 42, 2011, p. 111-126.

\_\_\_\_\_. Os quilombos e a prática profissional dos antropólogos. In: O'Dwyer, Eliane C. (Org.). **Quilombo: Identidade Étnica e Territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV/ABA, 2002. p. 1-21.

\_\_\_\_\_. Uma nova forma de fazer história: Os direitos às terras de Quilombo diante do projeto modernizador de construção da nação. In: OLIVEIRA, Osvaldo M. **Direitos quilombolas & dever de Estado em 25 anos da Constituição Federal de 1988**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2016. p. 257-273.

OLIVEIRA, Israel S. **Quilombo cajá dos negros em meio a pandemia de covid19**. Campus do Sálvio Almeida. Disponível em: <<https://campusdosavio.blogspot.com/search/label/Quilombo%20Caj%C3%A1%20dos%20Negros>>. Acesso em: 16 de novembro de 2022.

OLIVEIRA, Osvaldo M.; MÜLLER, Cíntia B. Considerações Finais: Direitos quilombolas: Identidade, práticas culturais e território. In: OLIVEIRA, Osvaldo M. **Direitos quilombolas & dever de Estado em 25 anos da Constituição Federal de 1988**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2016. p. 315-326.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. *A eclosão colonial no nosso cotidiano*. Revista Vivenciam. 5, 2018 p. 11-24.

\_\_\_\_\_. Por una academia sin muros y una antropología dialógica. **Plural**. Antropologías desde América Latina y El Caribe, v. 2, n. 4, p. 169-181, julio-diciembre, 2019.

\_\_\_\_\_. 2000. “Sobre índios, macacos e peixes: Narrativas e memórias de intolerância na Amazônia contemporânea”. Etnográfica IV (2): 285-310.

\_\_\_\_\_. *Uma etnologia dos “índios misturados”?* Situação colonial, territorialização e fluxos culturais in: MANA 4(1):47-77, 1998

\_\_\_\_\_. Os Obstáculos ao Estudo do Contato. In: "O Nosso Governo": os Ticuna e o Regime Tutelar. São Paulo: Marco Zero; Brasília: MCT/CNPq 1988. Pp. 24-59.

OLIVEIRA, Queila Brito. **Relatório Antropológico Da Comunidade Quilombola De Cajá Dos Negros**. Ministério do Desenvolvimento Agrário Instituto Nacional De Colonização E Reforma Agrária Superintendência Regional De Alagoas – Sr-22/Al Serviço De Regularização De Territórios Quilombolas. 2015.

SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria, Cecília Manzoli. CARVALHO, Maria Celina Pereira. A Atualização do Conceito de Quilombo: Identidade e território nas definições teóricas. **Ambiente & Sociedade** - Ano V - No 10 - 1º Semestre de 2002.

SOUZA, Jordânia de A. Tecendo redes e produzindo laços: gramática social e repertórios morais em uma comunidade quilombola. Tese (Doutorado em Antropologia) PPGA Universidade Federal de Pernambuco, 2018. Cap. 1, pp. 51-108

VALLE, C. G. O. Identidades em Caucaia: etnografia e vicissitudes de uma perícia antropológica. **Anthropológicas**, Recife, v. 14, n.1-2, p. 235-262, 2004.

WIKAN, Unni. Em honra de Fadime: assassinato e humilhação. São Paulo: Editora Unifesp, 2010. Parte I, III, VI.

## ANEXOS E ARQUIVOS

### Anexo 1: Contrato de comodato rural

#### CONTRATO DE COMANDATO RURAL

ASSOCIAÇÃO DE DES. COM. REM. QUILOMBOLAS POV. CAJA DOS NEGROS, portador do CNPJ nº. 05.859.461/0001-38, residente e domiciliado no Povoado Cajá dos Negros, nesta cidade de Batalha/AL-A, sendo proprietário (a) de um imóvel denominado **SÍTIO JUAZEIRO**, Município de Batalha - Alagoas. Pelo presente instrumento: **TERMO DE COMODATO RURAL**, de seu imóvel acima descrito, sede ao Sr.(a) **DAMIANA LEITE DA SILVA OLIVEIRA**, brasileira, casada, agricultora, portadora do CPF nº. 036.050.484-12 e RG nº 1.420.949 SSP/AL, residente e domiciliado no Assentamento Cajá dos Negros, cidade de Batalha - Alagoas, cujo documento rege-se-à de acordo com as seguintes cláusulas.

- 1ª. Que o imóvel objeto do presente contrato tem uma área de 204,60 ha.
- 2ª. Que (a) proprietário (a) cede o comodato uma área do seu imóvel de 37 tarefas.
- 3ª. Que o prazo de comodato é de 10 anos, tendo iniciado 20/04/2016 e com o termino previsto para 20/04/2026.
- 4ª. Que todas as despesas decorrentes de impostos relacionados as imóvel continuam sendo de responsabilidade do (a) proprietário (a) durante a vigência deste documento;
- 5ª. Que tem o (a) comodatário (a), o direito a usar o bem, ora emprestado (GRATUITAMENTE), durante o período convencionado, condicionado, porém a responsabilidade de zelar o imóvel, mantendo todas as benfeitorias que por ventura existem, em seu atual estado de conservação;
- 6ª. Que o comodatário (a) não poderá durante a vigência deste documento, praticar qualquer ato contrario ao fim a que se destina este termo de comodato rural, qual seja o plantio de culturas de subsistência, sem pleno acordo com o (a) proprietário (a), sob pena de ser imediato rescindido o contrario;
- 7ª. Que durante a vigência deste documento, a propriedade esta livre para qualquer transação, sendo de imediato o (a) comodatário (a) notificado (a), caso transação afete de maneira substancial a gleba da terra cedida em comodato;
- 8ª. Que chegando a termo o prazo estipulado neste contrato, e não tenha havido renovação ou prorrogação, o (a) comodatário (a) deixara o imóvel independentemente de notificação. E por estarem assim, juntos e contratados, e cientes das clausulas estipuladas neste documento, assim o presente na presença de duas testemunhas. O Presente contrato foi acordo a 20/04/2016 verbalmente, sendo documentado nesta data, para fins de direito, junto ao Instituto Nacional do Seguro Social.

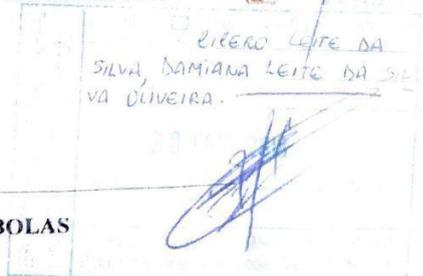
Batalha - AL 20 de Abril de 2016

Piçena Leite da Silva  
ASSOCIAÇÃO DE DES. COM. REM. QUILOMBOLAS

Damiana Leite da Silva Oliveira  
DAMIANA LEITE DA SILVA OLIVEIRA

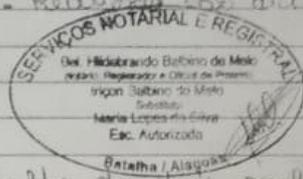
Testemunha: Maria Jaldemir Brito da Silva CPF: 062.520.759-08

Testemunha: Piçena Oliveira da Silva CPF: 089.223.364-99



Anexo 2: Ata de formação da Associação

Ata de fundação e posse da primeira Diretoria 01  
da Associação de Desenvolvimento comunitário de  
Remanescente de Quilombolas do Povoado Cajá da  
Negra, município de Batalha-AL. Realizada nos dias 11  
de julho de 2003.



Aos doze (12) dias do mês de julho de dois mil e três  
(2003) às dez horas da manhã (10:00h) na casa sede  
da fazenda Salgado município de Batalha-AL. Reu-  
niram-se em Assembleia geral os interessados, com o  
intuito de fundarem uma Associação para beneficia-  
mento da Associação de desenvolvimento comunitário  
Remanescentes de Quilombolas do Povoado Cajá da  
Negra para aquisição de terra via Reforma Agrária. Est-  
veram presentes várias sócias interessadas em fun-  
dar a Associação. A reunião foi presidida pelo senhor  
Cicero Beite da Silva que ressaltou a importância da  
Associação com o meio rural beneficiar a comuni-  
dade. Foi dado ciência a todos os presentes do teor  
do ESTATUTO SOCIAL, o presidente comunicou que seria  
lido, do qual foi lido e aprovado pelos presentes. Em  
seguida o presidente comunicou que seria dado iní-  
cio à indicação, por meio de voto aberto das sócias  
que vão compor a primeira Diretoria e o Conselho  
Fiscal da Associação ora fundada. Efetuou-se a in-  
dicação dos nomes e em seguida foram aclamados pa-  
ra compor a diretoria e o Conselho Fiscal e as se-  
quitas sócias. Para Presidente, Cicero Beite da  
Silva brasileiro alagoano casado com o número de  
identidade, 883.471 CPF nº 265.822.235/97. Como  
Vice Presidente, Ivaniza Beite da Silva brasileira alagoa-  
na solteira com identidade de nº 791.348 CPF nº 350.842.201  
78. Primeira secretária, ...

2.º 1273.686; CPF nº 053.869.834-90, Vice Secretária  
 Jamiana Leite da Silva brasileira, alagoana casada com  
 o Sr. João de nº 1420.949, CPF nº 36050484/12, primeiro Tesoureiro  
 José Carlos da Silva brasileiro, alagoano solteiro com identidade  
 nº 1.º 32.387, CPF: 035.718.204-95, segundo 2.º Tesoureiro:  
 Edmilson Pereira da Silva brasileiro, alagoano solteiro, com iden-  
 tidade de nº 200.200.4035/58 CPF nº 060.304.284-00, Conselheiro  
 1.º José Paulo conselheiro Titular; Manoel Leite da Silva  
 brasileiro, alagoano, casado, com identidade nº 844.721 CPF nº  
 790.980-834-20, segundo conselheiro titular; Rosângela Ferreira  
 Pereira brasileira, alagoana casada com identidade de número  
 nº 2.021.842 CPF, 094.295.524-41, Terceiro conselheiro Titular  
 José Ferreira Neto, brasileiro, alagoano, casado com identidade  
 nº de nº 134.000, CPF nº 695.865.274-18, Suplente do conse-  
 lheiro Titular, José Maria Alves Pereira brasileiro, alagoano, solteiro  
 com identidade nº 1.324.638 CPF nº. 959.496.314/8, segundo  
 suplente; Cezary Maria de Jesus brasileira, alagoana casada com  
 identidade de nº 13029.434 CPF nº 40.457.566.944/14 Terceiro suplente  
 Santana Leite da Silva brasileira alagoana casada com identidade  
 de nº 1526.462 CPF nº 044.947.624/11. Em seguida foi dada a posse  
 aos Titulares do Diretoria e Conselho Fiscal com duração do ma-  
 ndato prevista no Estatuto Social, nada mais havendo a ser tra-  
 tado, foi encerrada a reunião às 11:50 hs. Onze horas e  
 cinquenta minutos pela qual lavrou a presente ATA que  
 assinada por mim Claudiviana da Silva e demais  
 possuem a qualidade de sociais fundadoras;

SECRETARIA: Claudiviana da Silva  
 PRESIDENTE: Lázaro Leite da Silva  
 VICE-PRESIDENTES: Jamiana Leite da Silva  
 2º SECRETARIO: Jamiana Leite da Silva Oliveira  
 1º TESOUREIRO: José Carlos da Silva  
 2º TESOUREIRO: Edmilson Pereira da Silva.  
 1º CONSELHEIRO TITULAR: Manoel Leite da Silva  
 2º CONSELHEIRO TITULAR: Rosângela Ferreira Pereira  
 3º CONSELHEIRO TITULAR: José Ferreira Neto

